



SGD: 2026/27009/167979

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
<b>MODALIDADE/Nº:</b>	Pregão Eletrônico nº 90001/2026
<b>TIPO:</b>	Menor Preço por Grupo
<b>REGISTRO DE PREÇOS:</b>	( ) Sim ( x ) Não
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	( X ) Aberto ( ) Aberto e Fechado ( ) Fechado e Aberto
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
<b>ÓRGÃO REQUISITANTE:</b>	Secretaria da Educação
<b>DATA/HORÁRIO:</b>	14/07/2026 às 09h (Horário de Brasília)
<b>UASG:</b>	926164
<b>PREGOEIRA DESIGNADA:</b>	Marciléia Rodrigues de Souza Carvalho
<b>TELEFONE:</b>	(63) 3027-3716
<b>E-MAIL:</b>	<a href="mailto:cpl@seduc.to.gov.br">cpl@seduc.to.gov.br</a>

## PREÂMBULO

A **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Superintendência de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a realização licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, de acordo com o definido no **Quadro de Informações** deste Edital. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, e será conduzido pela Pregoeira e respectiva Equipe de Apoio, designados pelo Secretário da Educação, através da Portaria-Seduc nº 907, de 21 de maio de 2025.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para o Centro de Mídias da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por 4 (quatro) grupos conforme tabela constante no Anexo I do Edital, elaborada a partir das disposições do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no Edital e seus anexos, deverão ser consideradas as do Termo de Referência deste Edital.



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão EM 30/06/2026 13:11:13

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCUS ANDRÉ NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR EM 30/06/2026 13:09:17

 Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: FC080501026DE142 | SGD:2026/27009/167979

### **1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**Anexo I: Tabela de Especificação do Objeto;**

**Anexo II: Declaração de Ciência;**

**Anexo III: Modelo de Proposta de Preços Readequada;**

**Anexo IV: Termo de Referência; e**

**Anexo V: Minuta de Contrato.**

## **2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Superintendência de Licitação, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.6. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

2.7. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.8. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira–ICP-Brasil.

2.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto ao só órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.10. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do



órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. É facultada a participação de qualquer empresa, independentemente do porte, no **Grupo 1**.

3.7. Para os **Grupos 2, 3 e 4**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.8. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como art. 4º da Lei 14.133/2021.

**3.10. Não poderão participar desta licitação:**

3.10.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.6.1. O impedimento de que trata o subitem 3.10.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



3.10.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.10.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10.14. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10.15. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº 6.606/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.10.16. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.10.17. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.10.18. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade.

3.10.19. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10.20. Os profissionais organizados sob a forma de consórcio.

3.10.21. Empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada

3.10.22. A vedação de que trata o subitem 3.10.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente aquisição não será sigiloso. Trata-se da aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e informática, com especificações técnicas objetivamente definidas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de padroni-



zação, cujos valores podem ser aferidos por meio de pesquisa mercadológica e análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

4.3. Ressalta-se que, embora haja indicação de marcas como referência técnica, admite-se o fornecimento de equipamentos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que atendam aos requisitos de compatibilidade e desempenho estabelecidos, não havendo, portanto, restrição indevida à competitividade.

4.5. Dessa forma, não se identifica justificativa técnica para a adoção do sigilo do orçamento estimado, sendo sua divulgação compatível com a ampliação da competitividade do certame, bem como com os princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:





- 5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 6.606/2023 e no art. 155, inciso VIII na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o



critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto

5.12. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 10.10.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Modelo/Versão;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do objeto proposto em atendimento as especificações do Termo de Referência.

6.1.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.11. A Pregoeira poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

6.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, a Pregoeira realizará o arredondamento “para menos”.

6.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, **exceto quando se referirem a produtos de propriedade/fabricação do licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.14. Após o recebimento das propostas, a Pregoeira poderá encaminhá-las ao setor técnico/requisitante para análise e manifestação acerca da adequação dessas com as especificações e condições estipuladas no Termo de Referência.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

### 7.1. Da abertura da sessão

7.1.1. A partir da data e horário estipulado para início da sessão e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, que será aberta automaticamente pelo sistema, observado o modo de disputa adotado no quadro de informações do edital;

7.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

7.1.3. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.1.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

7.1.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.1.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.1.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.1.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero virgula cinquenta por cento)**.

7.1.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

7.1.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no quadro de





informações deste Edital.

7.1.11. A Pregoeira, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

7.1.12. Eventual exclusão de proposta do licitante pela pregoeira, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;

7.1.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

7.1.14. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.1.15. A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

7.1.16. A verificação da conformidade da proposta será realizada, exclusivamente, na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada;

7.1.17. A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

## 7.2. Do modo de disputa

7.2.1. Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

**I - ABERTO** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

**II - ABERTO E FECHADO** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital, ou

**III - FECHADO E ABERTO** - serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentar a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

7.2.2. Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do item 7.2.1., o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual está definido no quadro de informação deste edital;

7.2.3. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

7.2.4. O modo de disputa e o intervalo de lances, quando for o caso, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será aquele definido no QUADRO DE INFORMAÇÕES e serão conduzidos de acordo com o rito estipulado abaixo;

## 7.3. Modo de Disputa Aberto

7.3.1. No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração dessa etapa.



7.3.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

7.3.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.3.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.2.3. deste;

7.3.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

7.3.5. Após o reinício previsto no item 7.3.4., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

7.3.6. Encerrada a etapa de que trata o item 7.3.5., o sistema ordenará e divulgará os lances conforme estabelecido no item 7.2.3.

#### **7.4. Modo de Disputa Aberto e Fechado**

7.4.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

7.4.2. Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

7.4.3. Após a etapa de que trata o item 7.4.2. o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

7.4.4. No procedimento de que trata o item 7.4.3., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

7.4.5. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 7.4.4., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

7.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.4.3. e 7.4.4., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem;

7.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.4.6.

7.4.8. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

#### **7.5. Modo de Disputa Fechado e Aberto**

7.5.1. No modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, de que trata o inciso III do item 7.2., somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;



7.5.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.5.1., poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;

7.5.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

7.5.4. Após o reinício previsto no item 7.5.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance;

7.5.5. Encerrada a etapa de que trata o 7.5.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.2.3. do edital.

7.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 118 do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, nesta ordem:

7.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

7.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.7.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

7.7.2. empresas brasileiras;

7.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

7.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

7.9. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.9.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

7.9.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.10. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta



## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2023 e no subitem 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

8.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*):

8.3.1. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance



subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os itens 3.9. e 5.7. deste Edital.

8.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. Contiver vícios insanáveis;

8.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.12.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou da área especializada no objeto.

8.15. A pregoeira poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, inciso I do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.16. Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.17. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta, a sessão será suspensa, e o processo encaminhado ao órgão requisitante.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedi-





mento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação apenas do licitante classificado, observado o disposto neste Edital.

## 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. Constar o prazo de validade da proposta, prazo de entrega dos materiais, observado as informações e exigências definidas no Termo de Referência;

9.1.4. A proposta deverá seguir os padrões do modelo do anexo IV deste edital.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

9.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital e seus anexos, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, especificamente nos sítios eletrônicos oficiais, após a homologação.

9.9. A Pregoeira verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.10. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão



da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta, deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10).

9.11. A Empresa (marca/fabricante) do produto cotado, informados no site Compras.gov.br estabelecido no quadro de informações deste Edital, deverão ser os mesmos indicados na proposta e a serem entregues, exceto quando for verificado a inaplicabilidade dos termos contratuais originários, comprovado tecnicamente o fato, conforme regulamenta o art. 124, inciso II, alínea “b” da Lei 14.133/21.

## **9.12. Da Exigência de Amostra**

9.12.1. Haverá exigência de apresentação de amostras para todos os itens a serem contratados, com a finalidade de aferir, de forma prévia e objetiva, a conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como sua compatibilidade com os bens já existentes no âmbito do Centro de Mídias. Tal medida visa mitigar riscos de fornecimento inadequado, assegurar a aderência às necessidades institucionais e garantir o pleno atendimento aos requisitos mínimos definidos para a contratação.

9.12.2. A apresentação das amostras deverá ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da portaria contendo o extrato do contrato, devendo ser realizada junto à Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia – GMEACM, situada no Anexo III da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC (Unidade Madre Belém), localizada na Quadra 604 Sul, Alameda 6, S/N, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77022-038, no horário compreendido entre 08h e 18h.

9.12.3. Ressalta-se que a entrega das amostras deverá ser previamente agendada, mediante confirmação de data e horário junto à unidade responsável, por meio do telefone (63) 98437-0075, a fim de assegurar a adequada organização dos procedimentos de análise e avaliação técnica.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, combinados com o disposto neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, mediante solicitação da pregoeira, a respectiva documentação atualizada.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A habilitação técnica das pessoas jurídicas reunidas em consórcio será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, consoante ao disposto nos requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital e seus anexos.



10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira/Comissão.

10.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.10, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira/Comissão, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 horas**, para;

10.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



10.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10. deste Edital.

10.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

### **Exigências de habilitação**

10.23. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **10.24. Habilitação jurídica:**

10.24.1. **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.24.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.24.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.24.4. **Sociedade empresária estrangeira:** Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

10.24.5. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.24.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.24.7. **Sociedade cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;



10.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.26. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

10.26.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

10.26.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ) ou Municipal (Prestação de Serviços) relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

10.26.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.26.4. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.26.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.26.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.26.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual e Municipal) que trata o item 10.22.3. relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.26.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, vez que, a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI exigido no subitem 10.24.2. deste Edital supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.26.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **10.27. Qualificação Econômico-Financeira**

10.27.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.27.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.27.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.27.3. Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.

10.27.4. Índices de Liquidez Geral (LG). Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). superiores a 1





(um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.27.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de **2% (dois por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços;

10.27.6. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de **2% (dois por cento)** do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

10.27.7. A apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, dos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigível que comprove a situação financeira da empresa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED, ou registrado na Junta Comercial, conforme artigos 1.180, 1.184, § 2º, 1.181, 1.179 da Lei nº 10.406/2002 e Instrução Normativa nº 2.003 de 18 de janeiro de 2021 e em acordo as NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90), NBC T 2 e Resolução 563/83, contendo:

- Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário;
- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Comprovação de índices;
- Termo de Autenticação.

10.27.8. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 10.27.4. deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **10.28. Qualificação Técnica:**

10.28.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

10.28.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.28.3. Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

10.28.4. Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:



10.28.4.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

10.28.4.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 130 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, contendo contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e a motivação, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta a critério da Pregoeira, devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Quando do provimento de recurso que leve à anulação de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública;

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado;

12.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não assinar a ata de registro de preços e não houver cadastro reserva e não retirar o instrumento equivalente, oportunizando a



convocação dos remanescentes;

12.1.4. Quanto o licitante não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

12.2. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao art. 71 da Lei 14.133/2021.

13.2. O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação e adjudicação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite/retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico com certificação digital, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

15.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.4.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A rescisão administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da Contratante obedecerá a disposto no artigo 139 da Lei 14.133/2021.



15.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.6.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

15.6.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.6.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece as consequências previstas no artigo 139 da mesma Lei.

15.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.8. Decorrido o prazo de validade da proposta, indicado no Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.9. Nos termos do art. 11, §2º da Lei nº 14.133/2021 e da Lei 14.063/2020, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.10. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma/prazos de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.11. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.14. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.15. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **15.16. Fiscalização Técnica**

15.16. 1. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II);

15.16.2. Atributos do fiscal técnico:

15.16.2.1. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações



pertinentes às suas competências;

- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- f) fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- g) comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

### 15.17. Fiscalização Administrativa

15.17.1. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

15.17.2. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;





f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 e art. 32 do Decreto Estadual 6.606/23 art. 32;

### **15.18. Gestor do Contrato**

15.18.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

15.18.2. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26);

15.18.3. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- d) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23;
- f) constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;
- i) diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n o 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30);



## 16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O instrumento contratual terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, **SEM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** salvo a conclusão do objeto nos termos e prazos do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

## 17. DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A entrega dos bens será realizada em regime de pronta entrega, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato e da emissão da ordem de fornecimento. O local de entrega será a **Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia (GMEACM)**, situada no **Anexo 3 da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (Madre Belém)**, no endereço: **Q. 604 Sul, Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP - 77022-038**, devendo os equipamentos ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados de todos os manuais, acessórios e certificados de garantia exigidos.

17.2. O recebimento estará condicionado à apresentação de amostra ou prova de conceito, sempre que necessário, para comprovar a compatibilidade dos itens ofertados com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias, bem como para assegurar o atendimento integral das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

17.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, condicionado à verificação física e documental dos bens. O recebimento definitivo será formalizado após a validação da conformidade com os requisitos técnicos, realização de testes de funcionamento e comprovação da plena adequação dos equipamentos às necessidades da Administração.

17.3.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, condicionado à verificação física e documental dos bens.

17.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica, realização de testes de funcionamento, verificação da compatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente e atesto da fiscalização designada, formalizando-se a aceitação definitiva do objeto.

17.3.3. Caso sejam constatadas irregularidades, incompatibilidades ou desconformidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá promover a substituição dos itens no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

17.4. Considerar-se-á executado o objeto somente após a entrega integral e regular de todos os itens contratados, em perfeitas condições de uso, em consonância com as especificações estabelecidas, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021 quanto ao recebimento provisório e definitivo de bens.

17.5. A contratada deverá executar integralmente o objeto conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela entrega, transporte, acondicionamento e integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo pela Administração.

17.6. Todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento correrão exclusivamente às expensas da contratada.

17.7. Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados dos respectivos manuais, acessórios e certificados de garantia.

## 18. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 18.1. Recebimento:

#### 18.1.1. Provisório:

18.1.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente



com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

18.1.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

#### **18.1.2. Definitivo:**

18.1.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá em prazo máximo de 30 dias, após a verificação da conformidade técnica, realização de testes de funcionamento e atesto da fiscalização designada, formalizando-se a aceitação do objeto.

18.1.2.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento das exigências contratuais;

#### **18.1.3. Liquidação:**

18.1.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

18.1.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.1.3.2.1. o prazo de validade;
- 18.1.3.2.2. a data da emissão;
- 18.1.3.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.1.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 18.1.3.2.5. o valor a pagar; e
- 18.1.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.1.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.1.3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.1.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

18.1.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.1.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.1.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.1.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **18.1.4. Prazo de Pagamento:**

18.1.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **18.1.5. Forma de Pagamento**

18.1.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pelo contratado.

18.1.5.2. Serão consideradas data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.1.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

### **19. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

19.1. Os bens a serem adquiridos deverão possuir garantia de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período contratual.

19.2. Será exigida a prestação de assistência técnica especializada por parte do fornecedor durante todo o prazo de vigência da garantia, de modo a assegurar o adequado desempenho dos equipamentos e a pronta solução de eventuais falhas ou defeitos. Tal exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada utilização dos bens adquiridos.

19.3. O fornecedor deverá disponibilizar suporte técnico adequado, incluindo, sempre que necessário, a realização de manutenção corretiva ou a substituição dos equipamentos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, durante todo o período de garantia.

19.4. Adicionalmente, será obrigatória a realização de manutenções preventivas e corretivas, durante o prazo de garantia, com vistas a assegurar o pleno funcionamento, a confiabilidade e o desempenho adequado dos sistemas. Essa medida contribui para a maximização da vida útil dos equipamentos, bem como para a mitigação de custos decorrentes de falhas e substituições prematuras.

19.5. A exigência de manutenção contínua está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional dos recursos públicos e reduzindo impactos decorrentes do descarte antecipado de bens.

19.6. As atividades de manutenção e assistência técnica deverão ser garantidas pelo fabricante ou por rede autorizada, durante todo o período de garantia, dispensando a necessidade de contratações adicionais para essa finalidade.

19.7. Durante o período de garantia, todos os custos relacionados à assistência técnica, manutenção corretiva, substituição de peças, transporte e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada ou da assistência técnica autorizada.

19.7.1. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.



## 20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

20.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.20.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.20.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.20.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.1.20.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.20.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

20.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.6. fraudar a licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

20.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1 advertência;

20.2.2 multa;

20.2.3 impedimento de licitar e contratar e

20.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

20.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1 Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a





15% do valor do contrato lícitado.

20.4.2 Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2, 20.1.3 e 20.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2, 20.1.3 e 20.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.10. O procedimento para aplicação das sanções pelos seguintes motivos: não assinar a ata de registro de preços; não manter a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada serão de responsabilidade da Entidade promotora da licitação, conforme regulamento próprio.

20.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

20.12.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20.13. Os procedimentos para aplicação das demais sanções serão de responsabilidade do órgão requisitante do objeto.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos deste Edital ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



21.2. A pregoeira, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos.

21.3. Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados **no e-mail disponível no quadro de informações.**

21.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela pregoeira nos autos do processo de licitação.

21.6. A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail.

21.7. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no [site www.portaldecompras.to.gov.br](http://www.portaldecompras.to.gov.br) e no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no subitem 21.2. e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

## 22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	NATUREZA	FONTE
27010.12.368.1156.1136	4.4.90.52	500.1001.101
27010.12.368.1156.1136	3.3.90.30	500.1001.101
27010.12.368.1156.1136	4.4.90.52	540.0000.000
27010.12.368.1156.1136	3.3.90.30	540.0000.000

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

23.1.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

23.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

23.1.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente,



a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

23.3. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias de expediente normal.

23.7. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23.9. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

23.10. À Pregoeira ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.

23.11. A contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), comprometendo-se a adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados durante a execução do contrato.

23.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 12 h e das 14h às 18h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Palmas-TO, data da assinatura eletrônica.

*Assinatura Digital*

**Marcus André Nogueira da Silva Júnior**  
Diretor de Licitações  
**ATO Nº 241 - NM.**

*Assinatura Digital*

**Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão**  
Superintendente de Licitações  
**ATO Nº 3.247 - NM.**



## ANEXO I

### TABELA DE ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. A Tabela de Especificações que trata o presente Anexo foi elaborada em consonância ao disposto no Tópico 2 do Termo de Referência. Encontram-se detalhados na Tabela em questão, os Itens cuja participação é exclusiva às empresas enquadradas como ME/EPP, na forma da Lei Complementar 123/2006, e ainda, os Itens cuja participação é aberta a quaisquer interessados.
2. Conforme delineado no subitem 3.6 do Edital, é facultada a participação de qualquer empresa, independentemente do porte, no **Grupo 1**.
3. Para efeito da aplicabilidade do disposto no art. 4º, *caput*, da Lei 14.133/2021, na forma mencionada no subitem 3.7 deste Edital, a participação nos **Grupos 2, 3 e 4** é exclusiva aos microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).
4. Aderente ao disposto no subitem 7.1.8 do Edital, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero vírgula cinquenta por cento)**.

GRUPO 1					
Item	Qtd.	Und.	Especificações Técnicas do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
01	5	UND	<p><b>Câmera de vídeo do tipo “Câmera PTZ”</b> com as seguintes especificações mínimas: Formatos de vídeos: HDMI– 4KP60/ 50/30/25/59.94/29.97/24– 080P60/50/30/25/59.94/29.97/24 SDI-1080P60/50/30/25/59.94/29.97/24–1080I60/50/59.94 USB –1080P60/ 50/30/25(USB3.0)–720P60/50/30 (USB3.0) /720P25 (USB3.0&amp;USB2.0) NDI–4KP 60/50/30/25/59.94/29.97/24 – 1080 @15~60; / 720@15~60; Interface de vídeo: HDMI, SDI, NDI HX, USB3.0, USB2.0; Sensor: CMOS de 1/1,8 polegadas e 12MP; Zoom : F5.8 203mm(30X), F1.5 – 4.8. View Angle:60° (Far)-2.02°(Near); Ângulo de rotação Pan: -170° ~ +170°; Tilt: -30° ~ +90°; Velocidade de rotação Pan: 0°~120°/s ; Tilt: 0°~80°/s; Preset Controle remoto: 10; RS232: 128; Precisão: 0,1°; Porta de controle: RS232, RS485, NDI HX (VISCA over IP), USB 3.0 (UVC1.5), USB2.0 (UVC1.1); Velocidade da rede:1000M; Codificação de vídeo: H.264/H.265; Controle de taxa de bits: Taxa de bits variável, taxa de bits constante; Taxa de bits de vídeo: 1024Kbps~20480Kbps; Protocolo: IP TCP/IP, HTTP, RTSP, DHCP, RTMP, Onvif, NDI, VISCA over IP (TCP&amp;UDP), HTML5, VISCA, P/D; POE+: Suportada; BLC: Suportada; Redução de Ruído: 2D Suportada; Redução de Ruído: 3D Suportada; Tensão de entrada: DC12V/POE+(IEEE802.3at).</p> <p><b>Importante:</b> é importante que as câmeras sejam NEOiD PTZ NDI 4K PRO “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade”, desde que atenda as mesmas compatibilidades com a NEOiD. Justifica-se a sugestão pois os estúdios do Centro de Mídias já contam com equipamentos da referida marca como controladores de câmeras o que permite o uso dos mesmos. Deste modo, as câmeras a serem obtidas precisam atender a compatibilidade com tasi equipamentos, evitando a compra de outros controladores</p>	R\$ 17.928,30	R\$ 89.641,50
02	2	UND	<p><b>Filmadora 4K</b> com as seguintes especificações mínimas: Filmadora 4K 3-CMOS com sensor de 1/2" ; captura de imagens em 4K com até 60p, contando com três sensores</p>	R\$ 40.880,19	R\$ 81.760,38





			Exmor R de 1/2" que oferecem melhor capacidade de captura em condições de baixa luminosidade quando comparados aos sensores padrão. Zoom óptico de 17x e um filtro ND eletrônico variável. Ela deve suportar codecs modernos como XAVC, além de codecs mais antigos como MPEG HD e DVCAM, permitindo o uso de uma única câmera para filmar vídeo em 4K, HD ou SD; deve suportar o S-Log 3 para melhor desempenho e o HLG (Hybrid Log Gamma), que permite gravar e entregar imagens compatíveis tanto com HDR (alto alcance dinâmico) quanto com SDR (alcance dinâmico padrão) sem a necessidade de trabalhos pós-produção. Possibilidade de gravar em 4K e HD simultaneamente ou enviar uma saída de 4K 60p através da saída embutida 12G-SDI. A câmera também deve possuir Wi-Fi integrado de 2,4 e 5 GHz. <b>Importante:</b> Sugere-se SONY PXW-Z200 “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade”. O modelo sugerido é compatível com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias como microfones externos para câmeras, conectores, dentre outros, o que torna o uso do referido equipamento compatível com itens já existentes, evitando a compra de novos itens.		
03	6	UND	<b>Bateria para filmadora:</b> com as características, a seguir: Capacidade: 7800mAh; Potência: 75Wh; Tipo: Lí-ion; Voltagem: 14.4V; Modelo: BP-U60. <b>IMPORTANTE:</b> as baterias em questão precisam ser compatíveis com a filmadora a ser obtida no item 2 desta tabela, visto serão usadas nas mesmas.	R\$ 1.209,16	R\$ 7.254,96
4	2	UND	<b>Cabo HDMI de 15m:</b> Uso em transmissão de áudio e vídeo digital de alta definição; Tipo de Conectores: HDMI Tipo A (macho) em ambas as extremidades; Material dos Conectores: Conectores banhados a ouro para melhor condutividade e resistência à corrosão; Qualidade de Transmissão: Resolução Suportada: Até 4K (3840x2160) a 60Hz; Largura de Banda: Até 18 Gbps; Suporte para 3D, Suporte para HDR (High Dynamic Range); Suporte para ARC (Audio Return Channel); Suporte para Ethernet; Compatibilidade com CEC (Consumer Electronics Control); Compatibilidade com HDCP (High-bandwidth Digital Content Protection); Compatibilidade com eARC (Enhanced Audio Return Channel); Revestimento do Cabo: PVC flexível e resistente; Blindagem: Blindagem tripla para minimizar interferências eletromagnéticas (EMI) e interferências de radiofrequência (RFI).	R\$ 147,71	R\$ 295,42
05	2	UND	<b>Refletor (Iluminador) de iluminação com lâmpadas de LED portátil</b> com as seguintes especificações: Pannel de LED portátil que produza até 32 W de potência, classificado para 2900 lux a 1 metro e 4200 K.; com uma faixa de 3300K a 5600K. Brilho pode ser diminuído de 10 a 100% quando definido para 3300K ou 5600K e de 25 a 100% em todo o restante da faixa.; controle integrado via dial e dois botões, com tela LCD para visualização das configurações. Suporte Garfo Yoke compatível com a maioria dos suportes de luz; Slot de filtro embutido para uso com filtro de difusão incluído. Suporte Bandoors; Adaptador AC (Bivolt) incluído para uso com fio com uma tomada elétrica. A placa de bateria que aceite duas baterias NP-F tipo Sony NP-F750 F770, ou NP-F960 970 ou equivalente.	R\$ 334,72	R\$ 669,44
06	2	UND	<b>Banner tripé</b> de tamanho: 1,1m x 1,8m: Com Garras em plástico resistente; Altura máxima de acordo com o tamanho selecionado; Altura mínima: 0,96m; Número Estágios: 3;	R\$ 82,65	R\$ 165,30







			Peso: Aproximadamente 0,8Kg; Ponteira chanfrada para encaixe do cordão do banner.		
07	2	UND	<b>Refletor de iluminação com lâmpadas de LED (lâmpadas de pérolas de cor RGB)</b> com cabo de comprimento: 145 mm; Tamanho: 17 x 7 cm.	R\$ 914,75	R\$ 1.829,50
08	2	UND	<b>Rebatedor de luz</b> - Tipo: 5 em 1; Finalidade: fotografias/filmagens; Formato: redondo; Medida: 110 cm; Requisito: superfície branca, preta, prata, dourada e difusor; Informações adicionais: com bolsa de transporte.	R\$ 549,53	R\$ 1.099,06
09	1	UND	<b>Tripé para filmadora com cabeça hidráulica de nitrogênio</b> : - Capacidade até 6 Kg; Material Alumínio; Peso de carga útil de segurança 8 kg; Tipo de cabeça Video / Fluid Head; Diâmetro do tubo das pernas 16, 25 mm; Lançamento rápido; Peso contrabalançado 8 kg; Centro de gravidade 55 mm; Espalhador nível médio - comprimento do braço fixo; Ball Flat Flat; Compatibilidade de acessórios 114MV; 181B; 165MV; Anexo Superior 1/4 ", parafuso 3/8"; Bubble Spirit Level (No.); Saco de transporte incluído; Coluna do centro central sem coluna central; Cor preto; Link fácil (com anti-rotação); Front Tilt -70 ° / + 90°; Tipo de perna Twin; Ângulos de perna de 30 ° a 66 °; Tipo de bloqueio de perna Flip Lock; Temperatura máxima de trabalho 50° C; Temperatura mínima de trabalho -15° C; Pan Bar incluído; Pan Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo; Rotação panorâmica 360°; Tipo de placa 504PLONG; Tilt Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo.	R\$ 9.093,71	R\$ 9.093,71
10	4	UND	<b>Cabo SDI de 12 Metros</b> para Transmissão Full HD 4k com dupla blindagem BetaCavi: Cabo Coaxial HD4 4019; fio com 3.3MM. Cabo já deve estar com conectores colocados Betacavi.	R\$ 332,63	R\$ 1.330,52
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$193.139,79</b>	

GRUPO 2					
Item	Qtd.	Und.	Especificações Técnicas do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
11	1	UND	<b>Mesa de som digital Interface Multipista</b> : Formato Console 20 canais (16 mono + 2 estéreo); 8 Auxiliares 2 matrix (saída configuráveis = saída mashalling); 1 Saída estéreo; 1 Saída monitoração de saída AES – Saída digital 1 Saída para conexão óptica; 1 Saída para USB áudio e USB Player 1 Saída para fone; 12 Faders para controle de canais entradas e saídas; Gravação LR; Bluetooth; Interface Multipista.	R\$ 8.177,22	R\$ 8.177,22
12	5	UND	<b>Microfone condensador para podcast (XLR)</b> : Padrão polar: unidirecional; Sensibilidade de áudio 38dB; Relação sinal - ruído: 72dB.	R\$ 2.066,63	R\$ 10.333,15
13	1	UND	<b>Microfone Shotgun Condensador Supercardióide</b> : padrão polar Super cardióide; alimentação com uma bateria tamanho AA 1.5V interna ou externa 48 Volt fonte de alimentação fantasma. A saída é um padrão de 3 pinos conector macho XLR. Material: todo em metal Características: Qualidade de transmissão de som; Circuito Baixo nível de ruído; Transdutor Condensador; Construção robusta em metal; Bateria ou fantasma operação de alimentação; Baixo ruído de manuseio. Acessórios necessários: Acessórios Blimp de Windshield e Suspensão para Microfones Shotgun com os seguintes itens - Punho pistola com montagens de suspensão; Windshield de grade; Windshield Dead Wombat.	R\$ 3.199,30	R\$ 3.199,30
14	6	UND	<b>Microfones de lapela sem fio</b> : Seis microfones de lapela sem fio, contendo três receptor e três cases de carregamento. Deve	R\$ 1.537,26	R\$ 9.223,56





			ser compatível com gravação de áudio omnidirecional. O receptor pode ser vinculado a dois transmissores simultaneamente. Deve conter cancelamento de ruído de dois níveis; Limitação automática para evitar cortes de áudio; Ajuste de ganho de 5 níveis; Gravação Mono e Estéreo; Bateria com duração prolongada, transmissão estável; Carregamento rápido em 5 minutos; Transmissor com economia de energia automática; Estabilidade anti-interferência, transmissão a até 400 metros; Gravação sem fio facilitada; Compatibilidade com vários dispositivos.		
15	4	UND	<b>Pedestal com braço articulado de mesa, para Podcast:</b> design de mola interna avançado; Design de mola interna avançado; Dobradiças de fricção apertadas manualmente para operação suave e silenciosa; Projetado para todos os microfones broadcast profissional; Compatível com todos os suportes antichoque padrão; Fixação por grampo 2,5” (60 mm) de espessura; Design de nível de estúdio	R\$ 526,04	R\$ 2.104,16
16	1	UND	<b>Braço (Pedestal) vara Boompole ( Braço Boom ) de 6mts,</b> com as seguintes especificações: 5 seções para alcance de até 6 metros de distância; Suportar equipamentos até 3kg; Design interno com sistema para organização de fios; Base com punho acolchoado em Neoprene, rosca de 3/8" e adaptador de 5/8; Construída em Fibra de Carbono para maior resistência e longa durabilidade; Uso ideal para Microfones Direcionais e Shotgun; Altura máxima: 6m; Altura mínima: 1.3m; Altura dobrada: 1.3m; Capacidade de carga: 3kg; Diâmetro do tubo: 32mm; Material: Fibra de Carbono; Extensão: 5 seções; Travas: Spin Lock.	R\$ 1.672,00	R\$ 1.672,00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 34.709,39</b>	

GRUPO 3					
Item	Qtd.	Und.	Especificações Técnicas do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
17	2	UND	<b>Notebook para edição e captação de som e imagem</b> com as especificações mínimas: Processador mínimo de 16 núcleos; memória mínima de 32Gb; Armazenamento primário: capacidade de armazenamento interno com capacidade mínima de 1TB, utilizando-se de tecnologia SSD, com característica NVMe ou configuração superior. <b>Importante:</b> Sugere-se o notebook MACBOOK PRO 14" COM CHIP M2 PRO “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade”, desde que seja com sistema operacional IOS, visto que os equipamentos já usados no Centro de Mídias usam o sistema IOS, em iPads e iPhones como controladores de câmeras e editores de imagem.	R\$ 17.990,66	R\$ 35.981,32
18	4	UND	<b>HD externo 8TB</b> - Cor:preto; Conexões:USB3.0; Capacidade:8TB; Particularidades: serviço para recuperação de dados (3Y); Requisitos de sistema: Porta USB 3.0 disponível (necessária para velocidades de transferência USB 3.0); Consumo de Energia Elétrica: 18 W; Fonte de energia: Alimentado por rede elétrica; Fator de forma do disco: 3,5	R\$ 1.896,79	R\$ 7.587,16
19	6	UND	<b>Cartão de memória SD:</b> modelo sdxc v90 de 128 Gb. (Secure Digital eXtended Capacity), sistema de arquivos (exFAT). Classe de velocidade de vídeo V90 (Video Speed Class 90), velocidade mínima de gravação sustentada de 90 MB/s para gravação de vídeo de alta resolução (4K, 8K) e altas taxas de quadros. Capacidade de 128 GB, número de fotos RAW, minutos de vídeo 4K/8K). Interface de barramento UHS-II (Ultra High Speed II), com linhas extra	R\$ 150,39	R\$ 902,34





			de pinos) Alta capacidade de gravar vídeos sem interrupções, capturar rajadas de fotos em RAW rapidamente e transferir arquivos grandes		
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 44.470,82</b>	

GRUPO 4					
Item	Qtd.	Und.	Especificações Técnicas do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
20	1	UND	<b>Mesa para Podcast:</b> tamanho 2,7m x 0,74m 1,2m (LxAxP) com formato retangular; tampo em MDF com 25mm de espessura.	R\$ 2.770,21	R\$ 2.770,21
21	1	UND	<b>Bancada de apresentação para estúdio (Tribuna ou Púlpito)</b> em acrílico, no tamanho de 550 x 1140 x 300 x 8mm (LxAxPxH)	R\$ 1.062,14	R\$ 1.062,14
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 3.832,35</b>	
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 276.152,35</b>	



**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Nós da empresa \_\_\_\_\_ através do presente, declaramos cientes do Termo de Referência, anexo \_\_\_\_, objeto desta peça editalícia, e de que nossa proposta está de acordo com suas prerrogativas.

Declaramos ainda ciência que o não cumprimento do disposto na referida declaração incidirá nas penalidades descritas no referido edital e DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e da EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

\_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



### ANEXO III

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

### DADOS DO EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:

CNPJ/CPF :

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Email

Inscrição Estadual :

CEP:

OBJETO: (descrever o objeto)

ITEM	QTD	QTD MÍNIMA	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
VALOR TOTAL ----->						

No preço ofertado estão inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega dos materiais: \_\_\_\_\_

Prazo de garantia dos materiais: \_\_\_\_\_

### DECLARAÇÕES

**DECLARAMOS** que estamos cientes do Termo de Referência objeto desta peça editalícia e das condições para fornecimento do objeto, estando nossa proposta de acordo com suas prerrogativas.

**DECLARAMOS** que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

**DECLARAMOS** que cumprimos os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), e não celebramos, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão EM 30/06/2026 13:11:13

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCUS ANDRÉ NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR EM 30/06/2026 13:09:17

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: FC080501026DE142 | SGD:2026/27009/167979



para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecido nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**(OBS: VERIFICAR O PORTE DA EMPRESA ANTES DE DECLARAR A CONDIÇÃO DE ME/EPP)**

**DECLARAMOS**, expressamente, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental.

**DECLARAMOS** que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**DECLARAMOS** que atendemos aos requisitos de habilitação e que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaramos ainda ciência de que o não cumprimento do disposto nesta declaração incidirá nas penalidades descritas no edital, nas seções DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

## **DADOS BANCÁRIOS**

**BANCO:**

**AGÊNCIA:**

**CONTA CORRENTE:**

## **DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**NOME:**

**CPF:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE**

**EMAIL:**

**>> Esta proposta deverá ser assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil <<**





## ANEXO IV

## TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 6º XXIII Lei Federal 14.133/21 – Art. 70 Decreto Estadual 6.606/23.

Nº TR: 130/2026/GEPTTR; Nº SGD: 2026/27009/145338

Processo Administrativo nº: 2025/27000/023226

Setor Requisitante: Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia (GMEACM).

## 1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para o Centro de Mídias da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

## 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E ESTIMATIVA DE VALOR

GRUPO 1					
Item	Qtd.	Unid.	Especificações Técnicas do Objeto	Vr. Unit.	Vr. Total
01	5	UND	<p><b>Câmera de vídeo do tipo “Câmera PTZ”</b> com as seguintes especificações mínimas:            Formatos de vídeos: HDMI– 4KP60/ 50/ 30/25/59.94/29.97/24–            080P60/50/30/25/59.94/29.97/24SDI –            1080P60/50/30/25/59.94/29.97/24–            1080I60/50/59.94 USB –1080P60/ 50/30/25(USB3.0)–720P60/50/30 (USB3.0) /720P25 (USB3.0&amp;USB2.0)NDI–            4KP60/50/30/25/59.94/29.97/24 – 1080 @15~60; / 720@15~60; Interface de vídeo: HDMI, SDI, NDI HX, USB3.0, USB2.0; Sensor: CMOS de 1/1,8 polegadas e 12MP; Zoom : F5.8 203mm(30X), F1.5 – 4.8. View Angle:60° (Far)-2.02°(Near); Ângulo de rotação Pan: -170° ~ +170°; Tilt: -30° ~ +90°; Velocidade de rotação Pan: 0°~120°/s ; Tilt: 0°~80°/s; Preset Controle remoto: 10; RS232: 128; Precisão: 0,1°; Porta de controle: RS232, RS485, NDI HX (VISCA over IP), USB 3.0 (UVC1.5), USB2.0 (UVC1.1); Velocidade da rede:1000M; Codificação de vídeo: H.264/H.265; Controle de taxa de bits: Taxa de bits variável, taxa de bits constante; Taxa de bits de vídeo: 1024Kbps~20480Kbps; Protocolo: IP TCP/IP, HTTP, RTSP, DHCP, RTMP, Onvif, NDI, VISCA over IP (TCP&amp;UDP), HTML5, VISCA, P/D; POE+: Suportada; BLC: Suportada; Redução de Ruído: 2D Suportada; Redução de Ruído: 3D Suportada; Tensão de entrada: DC12V/POE+(IEEE802.3at).</p> <p><b>Importante:</b> é importante que as câmeras sejam NEOiD PTZ NDI 4K PRO “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade”, desde que atenda as mesmas compatibilidades com a NEOiD. Justifica-se</p>	R\$ 17.928,30	R\$ 89.641,50



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão EM 30/06/2026 13:11:13

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCUS ANDRÉ NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR EM 30/06/2026 13:09:17

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: FC080501026DE142 | SGD:2026/27009/167979



			a sugestão pois os estúdios do Centro de Mídias já contam com equipamentos da referida marca como controladores de câmeras o que permite o uso dos mesmos. Deste modo, as câmeras a serem obtidas precisam atender a compatibilidade com tais equipamentos, evitando a compra de outros controladores.		
02	2	UND	<b>Filmadora 4K</b> com as seguintes especificações mínimas: Filmadora 4K 3-CMOS com sensor de 1/2" ; captura de imagens em 4K com até 60p, contando com três sensores Exmor R de 1/2" que oferecem melhor capacidade de captura em condições de baixa luminosidade quando comparados aos sensores padrão. Zoom óptico de 17x e um filtro ND eletrônico variável. Ela deve suportar codecs modernos como XAVC, além de codecs mais antigos como MPEG HD e DVCAM, permitindo o uso de uma única câmera para filmar vídeo em 4K, HD ou SD; deve suportar o S-Log 3 para melhor desempenho e o HLG (Hybrid Log Gamma), que permite gravar e entregar imagens compatíveis tanto com HDR (alto alcance dinâmico) quanto com SDR (alcance dinâmico padrão) sem a necessidade de trabalhos pós-produção. Possibilidade de gravar em 4K e HD simultaneamente ou enviar uma saída de 4K 60p através da saída embutida 12G-SDI. A câmera também deve possuir Wi-Fi integrado de 2,4 e 5 GHz. <b>Importante:</b> Sugere-se SONY PXW-Z200 “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade” . O modelo sugerido é compatível com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias como microfones externos para câmeras, conectores, dentre outros, o que torna o uso do referido equipamento compatível com itens já existentes, evitando a compra de novos itens.	R\$ 40.880,19	R\$ 81.760,38
03	6	UND	<b>Bateria para filmadora:</b> com as características, a seguir: Capacidade: 7800mAh; Potência: 75Wh; Tipo: Lí-ion; Voltagem: 14.4V; Modelo: BP-U60. <b>IMPORTANTE:</b> as baterias em questão precisam ser compatíveis com a filmadora a ser obtida no item 2 desta tabela, visto que serão usadas nas mesmas.	R\$ 1.209,16	R\$ 7.254,96
04	2	UND	<b>Cabo HDMI de 15m:</b> Uso em transmissão de áudio e vídeo digital de alta definição; Tipo de Conectores: HDMI Tipo A (macho) em ambas as extremidades; Material dos Conectores: Conectores banhados a ouro para melhor condutividade e resistência à corrosão; Qualidade de Transmissão: Resolução Suportada: Até 4K (3840x2160) a 60Hz; Largura de Banda: Até 18 Gbps; Suporte para 3D, Suporte para HDR (High	R\$ 147,71	R\$ 295,42





			Dynamic Range); Suporte para ARC (Audio Return Channel); Suporte para Ethernet; Compatibilidade com CEC (Consumer Electronics Control); Compatibilidade com HDCP (High-bandwidth Digital Content Protection); Compatibilidade com eARC (Enhanced Audio Return Channel); Revestimento do Cabo: PVC flexível e resistente; Blindagem: Blindagem tripla para minimizar interferências eletromagnéticas (EMI) e interferências de radiofrequência (RFI)		
05	2	UND	<b>Refletor (Iluminador) de iluminação com lâmpadas de LED portátil</b> com as seguintes especificações: Pannel de LED portátil que produza até 32 W de potência, classificado para 2900 lux a 1 metro e 4200 K.; com uma faixa de 3300K a 5600K. Brilho pode ser diminuído de 10 a 100% quando definido para 3300K ou 5600K e de 25 a 100% em todo o restante da faixa.; controle integrado via dial e dois botões, com tela LCD para visualização das configurações. Suporte Garfo Yoke compatível com a maioria dos suportes de luz; Slot de filtro embutido para uso com filtro de difusão incluído. Suporte Bandoors; Adaptador AC (Bivolt) incluído para uso com fio com uma tomada elétrica. A placa de bateria que aceite duas baterias NP-F tipo Sony NP-F750 F770, ou NP-F960 970 ou equivalente.	R\$ 334,72	R\$ 669,44
06	2	UND	<b>Banner tripé</b> de tamanho: 1,1m x 1,8m: Com Garras em plástico resistente; Altura máxima de acordo com o tamanho selecionado; Altura mínima: 0,96m; Número Estágios: 3; Peso: Aproximadamente 0,8Kg; Ponteira chanfrada para encaixe do cordão do banner.	R\$ 82,65	R\$ 165,30
07	2	UND	<b>Refletor de iluminação com lâmpadas de LED (lâmpadas de pérolas de cor RGB)</b> com cabo de comprimento: 145 mm; Tamanho: 17 x 7 cm.	R\$ 914,75	R\$ 1.829,50
08	2	UND	<b>Rebatedor de luz</b> - Tipo: 5 em 1; Finalidade: fotografias/filmagens; Formato: redondo; Medida: 110 cm; Requisito: superfície branca, preta, prata, dourada e difusor; Informações adicionais: com bolsa de transporte.	R\$ 549,53	R\$ 1.099,06
09	1	UND	<b>Tripé para filmadora com cabeça hidráulica de nitrogênio:</b> - Capacidade até 6 Kg; Material Alumínio; Peso de carga útil de segurança 8 kg; Tipo de cabeça Video / Fluid Head; Diâmetro do tubo das pernas 16, 25mm; Lançamento rápido; Peso contrabalançado 8 kg; Centro de gravidade 55 mm; Espalhador nível médio - comprimento do braço fixo; Ball Flat Flat; Compatibilidade de acessórios 114MV; 181B; 165MV; Anexo Superior 1/4 ",	R\$ 9.093,71	R\$ 9.093,71





			parafuso 3/8"; Bubble Spirit Level (No.); Saco de transporte incluído; Coluna do centro central sem coluna central; Cor preto; Link fácil (com anti-rotação); Front Tilt -70 ° / + 90°; Tipo de perna Twin; Ângulos de perna de 30 ° a 66 °; Tipo de bloqueio de perna Flip Lock; Temperatura máxima de trabalho 50° C; Temperatura mínima de trabalho -15° C; Pan Bar incluído; Pan Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo; Rotação panorâmica 360°; Tipo de placa 504PLONG; Tilt Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo.		
10	4	UND	<b>Cabo SDI de 12 Metros</b> para Transmissão Full HD 4k com dupla blindagem BetaCavi: Cabo Coaxial HD4 4019; fio com 3.3MM. Cabo já deve estar com conectores colocados Betacavi.	R\$ 332,63	R\$ 1.330,52
SUBTOTAL			R\$ 193.139,79		
GRUPO 2					
11	1	UND	<b>Mesa de som digital Interface Multipista:</b> Formato Console 20 canais (16 mono + 2 estéreo); 8 Auxiliares 2 matrix (saída configuráveis = saída mashalling); 1 Saída estéreo; 1 Saída monitoração de saída AES – Saída digital 1 Saída para conexão óptica; 1 Saída para USB áudio e USB Player 1 Saída para fone; 12 Faders para controle de canais entradas e saídas; Gravação LR; Bluetooth; Interface Multipista.	R\$ 8.177,22	R\$ 8.177,22
12	5	UND	<b>Microfone condensador para podcast (XLR):</b> Padrão polar: unidirecional; Sensibilidade de áudio 38dB; Relação sinal - ruído: 72dB.	R\$ 2.066,63	R\$ 10.333,15
13	1	UND	<b>Microfone Shotgun Condensador Supercardióide:</b> padrão polar Super cardióide; alimentação com uma bateria tamanho AA 1.5V interna ou externa 48 Volt fonte de alimentação fantasma. A saída é um padrão de 3 pinos conector macho XLR. Material: todo em metal Características: Qualidade de transmissão de som; Circuito Baixo nível de ruído; Transdutor Condensador; Construção robusta em metal; Bateria ou fantasma operação de alimentação; Baixo ruído de manuseio. Acessórios necessários: Acessórios Blimp de Windshield e Suspensão para Microfones Shotgun com os seguintes itens - Punho pistola com montagens de suspensão; Windshield de grade; Windshield Dead Wombat.	R\$ 3.199,30	R\$ 3.199,30
14	6	UND	<b>Microfones de lapela sem fio:</b> Seis microfones de lapela sem fio, contendo três receptor e três cases de carregamento. Deve ser compatível com gravação de áudio omnidirecional. O receptor pode ser vinculado a dois transmissores simultaneamente. Deve conter cancelamento de ruído de dois níveis; Limitação	R\$ 1.537,26	R\$ 9.223,56







			automática para evitar cortes de áudio; Ajuste de ganho de 5 níveis; Gravação Mono e Estéreo; Bateria com duração prolongada, transmissão estável; Carregamento rápido em 5 minutos; Transmissor com economia de energia automática; Estabilidade anti-interferência, transmissão a até 400 metros; Gravação sem fio facilitada; Compatibilidade com vários dispositivos.		
15	4	UND	<b>Pedestal com braço articulado de mesa, para Podcast:</b> design de mola interna avançado; Design de mola interna avançado; Dobradiças de fricção apertadas manualmente para operação suave e silenciosa; Projetado para todos os microfones broadcast profissionais; Compatível com todos os suportes antichoque padrão; Fixação por grampo 2,5” (60 mm) de espessura; Design de nível de estúdio	R\$ 526,04	R\$ 2.104,16
16	1	UND	<b>Braço (Pedestal) vara Boompole ( Braço Boom ) de 6mts,</b> com as seguintes especificações: 5 seções para alcance de até 6 metros de distância; Suportar equipamentos até 3kg; Design interno com sistema para organização de fios; Base com punho acolchoado em Neoprene, rosca de 3/8" e adaptador de 5/8; Construída em Fibra de Carbono para maior resistência e longa durabilidade; Uso ideal para Microfones Direcionais e Shotgun; Altura máxima: 6m; Altura mínima: 1.3m; Altura dobrada: 1.3m; Capacidade de carga: 3kg; Diâmetro do tubo: 32mm; Material: Fibra de Carbono; Extensão: 5 seções; Travas: Spin Lock.	R\$ 1.672,00	R\$ 1.672,00
SUBTOTAL			R\$ 34.709,39		
			GRUPO 3		
17	2	UND	<b>Notebook para edição e captação de som e imagem</b> com as especificações mínimas: Processador mínimo de 16 núcleos; memória mínima de 32Gb; Armazenamento primário: capacidade de armazenamento interno com capacidade mínima de 1TB, utilizando-se de tecnologia SSD, com característica NVMe ou configuração superior. <b>Importante:</b> Sugere-se o notebook MACBOOK PRO 14" COM CHIP M2 PRO “equivalente”, “similar” ou “ou de melhor qualidade”, desde que seja com sistema operacional IOS, visto que os equipamentos já usados no Centro de Mídias usam o sistema IOS, em iPads e iPhones como controladores de câmeras e editores de imagem.	R\$ 17.990,66	R\$ 35.981,32
18	4	UND	<b>HD externo 8TB</b> - Cor:preto; Conexões:USB3.0; Capacidade:8TB; Particularidades: serviço para recuperação de dados (3Y); Requisitos de sistema: Porta	R\$	





			USB 3.0 disponível (necessária para velocidades de transferência USB 3.0); Consumo de Energia Elétrica: 18 W; Fonte de energia: Alimentado por rede elétrica; Fator de forma do disco: 3,5	1.896,79	R\$ 7.587,16
19	6	UND	<b>Cartão de memória SD:</b> modelo sdxc v90 de 128 Gb. (Secure Digital eXtended Capacity), sistema de arquivos (exFAT). Classe de velocidade de vídeo V90 (Video Speed Class 90), velocidade mínima de gravação sustentada de 90 MB/s para gravação de vídeo de alta resolução (4K, 8K) e altas taxas de quadros. Capacidade de 128 GB, número de fotos RAW, minutos de vídeo 4K/8K). Interface de barramento UHS-II (Ultra High Speed II), com linhas extra de pinos) Alta capacidade de gravar vídeos sem interrupções, capturar rajadas de fotos em RAW rapidamente e transferir arquivos grandes.	R\$ 150,39	R\$ 902,34
SUBTOTAL			R\$ 44.470,82		
GRUPO 4					
20	1	UND	<b>Mesa para Podcast:</b> tamanho 2,7m x 0,74m 1,2m (LxAxP) com formato retangular; tampo em MDF com 25mm de espessura.	R\$ 2.770,21	R\$ 2.770,21
21	1	UND	<b>Bancada de apresentação para estúdio (Tribuna ou Púlpito)</b> em acrílico, no tamanho de 550 x 1140 x 300 x 8mm (LxAxPxH)	R\$ 1.062,14	R\$ 1.062,14
SUBTOTAL			R\$ 3.832,35		
TOTAL			R\$ 276.152,35		

**2.1.** O valor estimado para a referida despesa totalizará a quantia de **R\$ 276.152,35 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL E CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)**. O valor aqui referenciado é o estimado no **MAPA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS** juntado aos autos do processo administrativo, com o condão de dar baliza oficial de preço atual de mercado dos itens em epígrafe a ser licitado.

**2.2.** A memória de cálculo do objeto foi realizada da seguinte forma:

$$(\text{Qtd. de equipamentos de áudio e vídeo}) \times (\text{o custo unitário dos equipamentos de áudio e vídeo}) = VT$$

### **2.3. Da Natureza do Objeto:**

**2.3.1** A natureza do objeto a ser licitado é de natureza comum, pois suas características, padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

### **2.4. Da Marca específica**

**2.4.1.** O Centro de Mídias já dispõe de infraestrutura tecnológica composta por equipamentos de captação de áudio e vídeo em pleno funcionamento. Nesse contexto, a presente contratação foi planejada de forma a garantir a compatibilidade técnica, interoperabilidade e integração operacional com os sistemas e dispositivos já existentes, evitando a descontinuidade das atividades e a





necessidade de investimentos adicionais com substituição ou aquisição de equipamentos complementares.

**2.4.2.** Dessa forma, justifica-se a indicação de determinadas marcas como referência, admitindo-se, contudo, o fornecimento de equipamentos “equivalentes”, “similares” ou “de melhor qualidade”, desde que comprovadamente atendam aos requisitos de compatibilidade com o parque tecnológico instalado, conforme detalhado a seguir:

- Câmera do tipo PTZ 4K: referência ao modelo NEOiD PTZ NDI 4K PRO, tendo em vista que o Centro de Mídias já utiliza equipamentos da mesma linha, especialmente controladores compatíveis. A adoção de equipamento com características equivalentes é imprescindível para assegurar a plena integração com os sistemas de controle existentes, evitando custos adicionais com aquisição de novos controladores e garantindo a padronização operacional.
- Filmadora 4K: referência ao modelo SONY PXW-Z200, considerando sua compatibilidade com os acessórios já disponíveis no Centro de Mídias, tais como microfones, conectores e demais periféricos. Tal compatibilidade assegura a continuidade do uso dos equipamentos existentes, promovendo economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.
- Notebook para edição e captação de som e imagem: referência ao modelo MacBook Pro 14" com chip M2 Pro, ou equivalente, desde que equipado com sistema operacional IOS (ecossistema Apple), em razão da infraestrutura já adotada no Centro de Mídias, que utiliza dispositivos como iPads e iPhones para controle de câmeras e edição de conteúdo. A manutenção desse padrão tecnológico é essencial para garantir integração, desempenho adequado dos fluxos de trabalho e continuidade das rotinas operacionais.

**2.4.3.** Ressalta-se que a indicação das marcas não tem caráter restritivo, mas sim referencial técnico, fundamentado na necessidade de padronização, compatibilidade e otimização dos recursos já empregados pela Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **2.5. Valor Sigiloso ou não Sigiloso:**

**2.5.1.** Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente aquisição **não será sigiloso**. Trata-se da aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e informática, com especificações técnicas objetivamente definidas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de padronização, cujos valores podem ser aferidos por meio de pesquisa mercadológica e análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

**2.5.2.** Ressalta-se que, embora haja indicação de marcas como referência técnica, admite-se o fornecimento de equipamentos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que atendam aos requisitos de compatibilidade e desempenho estabelecidos, não havendo, portanto, restrição indevida à competitividade.

**2.5.3.** Dessa forma, não se identifica justificativa técnica para a adoção do sigilo do orçamento estimado, sendo sua divulgação compatível com a ampliação da competitividade do certame, bem como com os princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa.

## **2.6. Da Justificativa para o Agrupamento dos Itens**

**2.6.1.** A definição da estratégia de contratação, notadamente quanto ao agrupamento ou parcelamento do objeto, deve observar a principiologia que rege a Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, eficácia, economicidade, primazia do interesse público, proporcionalidade e razoabilidade, bem como a jurisprudência consolidada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo do Acórdão nº 4.506/2022 – 1ª Câmara.

**2.6.2.** A contratação foi planejada em observância às disposições do art. 40, § 1º, da Lei nº





14.133/2021, considerando a padronização das especificações dos equipamentos de áudio e vídeo, a compatibilidade de consumo e armazenamento, bem como as condições de manutenção da qualidade dos produtos durante o fornecimento.

**2.6.3.** Nos termos do art. 40, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da contratação será parcelado por itens, em razão da viabilidade técnica e econômica da aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

**2.6.4.** O parcelamento mostra-se adequado em virtude da natureza divisível dos bens, permitindo a ampliação da competitividade, o melhor aproveitamento do mercado fornecedor e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da padronização e da execução contratual.

**2.6.3.** A jurisprudência do TCU orienta que o fracionamento inadequado pode comprometer a economia de escala, aumentar o risco de inexecução e elevar custos administrativos (Acórdão nº 214/2023 – Plenário), cabendo ao gestor avaliar fundamentadamente a modelagem mais vantajosa à Administração.

**2.6.4.** No presente Termo de Referência, o objeto foi estruturado em quatro grupos, conforme as características técnicas e funcionais dos itens:

- **Grupo 1:** Equipamentos de captação de imagem e iluminação;
- **Grupo 2:** Equipamentos de áudio;
- **Grupo 3:** Equipamentos de armazenamento e processamento (informática voltada à edição e captação);
- **Grupo 4:** Mobiliários para estúdio.

**2.6.4.1** Essa divisão decorre da similaridade funcional entre os itens de cada grupo, da necessidade de coerência entre suas aplicações práticas e da lógica de aquisição por conjuntos integrados ou tecnicamente relacionados.

**2.6.5.** O fracionamento em itens isolados dentro de cada grupo geraria riscos de incompatibilidade técnica e aumento da complexidade operacional, tais como: divergências entre padrões de áudio/vídeo, dificuldades de integração entre equipamentos, falta de uniformidade no desempenho, maior risco de entrega de produtos incompatíveis e maior custo administrativo pela necessidade de múltiplas gestões contratuais.

**2.6.6.** O agrupamento por grupos tecnicamente coerentes, por sua vez, garante maior eficiência e economicidade, preservando a integração dos equipamentos dentro de cada categoria, permitindo ganho de escala, facilitando a gestão contratual e atraindo fornecedores especializados por segmento. Tal estruturação evita a contratação de fornecedores que dominem apenas parte dos itens, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas ou entregas parciais.

**2.6.7.** Assim, considerando o planejamento estratégico da Administração, a necessidade de integração dos equipamentos por natureza funcional e o atendimento aos princípios da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação será conduzida pelo critério de menor preço por grupo, solução que se mostra mais vantajosa ao interesse público. A contratação por grupos assegura padronização, compatibilidade técnica e fornecimento adequado dos bens necessários ao pleno funcionamento do Centro de Mídias.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para o Centro de Mídias da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.





**3.2.** Considerando o Planejamento Estratégico, e conforme o que preceitua o Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE), Capítulo III, artigo 6º, inciso V, no que tange à Implantação do Centro de Mídias Educacionais, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.400, de 28 de agosto de 2023, a pretensa aquisição visa a alcançar de forma mais efetiva que essa ferramenta tecnológica contribua com a formação dos estudantes da Educação Básica.

**3.3.** O intuito é proporcionar aos educandos da rede estadual de ensino do Tocantins um repertório diversificado de conhecimentos nas áreas física, social, cultural e digital. Para tanto, deve-se alinhar ao disposto nas normativas educacionais vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Estadual de Educação (PEE) na Meta 23 que estabelece a busca pela garantia de tecnologias educacionais para toda a educação básica, Estratégia 23.1: "Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, o desenvolvimento, seleção, certificação e divulgação de tecnologias educacionais para toda educação básica, incentivando práticas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem".

**3.4.** A aquisição dos equipamentos de áudio e vídeo é necessária para aprimorar a produção, gravação e transmissão de conteúdos educacionais pelo Centro de Mídias da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins. Com o avanço das tecnologias educacionais e a necessidade de ofertar ensino híbrido e conteúdos de qualidade para a rede estadual de ensino, faz-se imprescindível à modernização dos recursos audiovisuais. Os equipamentos permitirão a captação e transmissão de aulas, palestras e formações de forma mais eficiente, garantindo maior alcance e acessibilidade aos estudantes e profissionais da educação.

**3.5.** Espera-se que a aquisição dos equipamentos de áudio e vídeo resulte na melhoria da qualidade das transmissões e gravações realizadas pelo Centro de Mídias, proporcionando conteúdos educacionais mais dinâmicos e acessíveis. O público beneficiado inclui estudantes, professores e demais profissionais da educação da rede estadual que terão acesso a materiais didáticos com maior qualidade técnica. Além disso, a modernização e substituição dos recursos audiovisuais contribuirão para a ampliação do alcance das ações formativas e pedagógicas, fortalecendo a educação híbrida e a inclusão digital no estado do Tocantins.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A solução escolhida para atender a necessidade de aquisição de equipamentos para o Centro de Mídias da Secretaria da Educação consiste na contratação de empresa especializada para “compra” dos bens duráveis e de consumo constantes neste Termo de Referência.

**4.2.** A opção pela “compra” foi a melhor opção dentre as demais potencialmente possíveis levando em consideração aspectos como: disponibilidade imediata dos bens frente a qualquer necessidade operacional dos estudos e eventos externos, economia financeira levando em consideração que os bens tornam-se propriedade do Estado, favorecendo os interesses da administração pública e ainda, a indisponibilidade de ofertas auxiliares de solução para o estado do Tocantins.

#### **5. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**5.1.** Os bens a serem adquiridos deverão possuir garantia de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período contratual.

**5.2.** Será exigida a prestação de assistência técnica especializada por parte do fornecedor durante todo o prazo de vigência da garantia, de modo a assegurar o adequado desempenho dos equipamentos e a pronta solução de eventuais falhas ou defeitos. Tal exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada utilização dos bens adquiridos.







**5.3.** O fornecedor deverá disponibilizar suporte técnico adequado, incluindo, sempre que necessário, a realização de manutenção corretiva ou a substituição dos equipamentos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, durante todo o período de garantia.

**5.4.** Adicionalmente, será obrigatória a realização de manutenções preventivas e corretivas, durante o prazo de garantia, com vistas a assegurar o pleno funcionamento, a confiabilidade e o desempenho adequado dos sistemas. Essa medida contribui para a maximização da vida útil dos equipamentos, bem como para a mitigação de custos decorrentes de falhas e substituições prematuras.

**5.5.** A exigência de manutenção contínua está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional dos recursos públicos e reduzindo impactos decorrentes do descarte antecipado de bens.

**5.6.** As atividades de manutenção e assistência técnica deverão ser garantidas pelo fabricante ou por rede autorizada, durante todo o período de garantia, dispensando a necessidade de contratações adicionais para essa finalidade.

**5.7.** Durante o período de garantia, todos os custos relacionados à assistência técnica, manutenção corretiva, substituição de peças, transporte e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada ou da assistência técnica autorizada.

**5.7.1.** A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** A presente contratação tem por objeto a aquisição de bens de natureza não continuada, sem monopólio, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, não havendo possibilidade de prorrogação. O objeto compreende equipamentos de áudio e vídeo devidamente especificados no Estudo Técnico Preliminar, tais como câmeras, filmadoras, mesa de som digital, notebooks, microfones, refletores, cabos, cartões de memória, HDs externos, dentre outros itens necessários ao pleno funcionamento do Centro de Mídias da Secretaria da Educação.

**6.2.** Não se trata de fornecimento ou serviço continuado, tampouco se exige treinamento para utilização dos bens. Ressalta-se que os itens não se caracterizam como artigos de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021 e do Decreto Estadual nº 6.548/2022. Não haverá transição contratual com transferência de conhecimento ou tecnologia, tampouco há normas técnicas específicas que regulamentem o fornecimento. O local de entrega será a Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia (GMEACM), situada no Anexo 3 da SEDUC (Madre Belém), em Palmas/TO.

**6.3.** Com vistas a garantir a compatibilidade e a integração com os equipamentos já existentes, em determinados casos será necessária a aquisição de itens de marcas específicas, como câmeras do tipo PTZ NEOiD, filmadora Sony PXW-Z200 e notebooks MacBook Pro com chip M2 Pro, admitindo-se, contudo, produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que atendam integralmente às exigências técnicas estabelecidas. Fica vedada a subcontratação.

### a) SUSTENTABILIDADE:

**6.4** A contratação observará critérios de sustentabilidade, em conformidade com o art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, bem como a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Serão priorizados produtos que apresentem maior eficiência energética, baixo consumo de energia, durabilidade, facilidade de manutenção e possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem ao final de sua vida útil, reduzindo a geração de resíduos sólidos e promovendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.





**6.5.** A adoção desses critérios alinha-se às diretrizes do Plano Estadual de Educação (PEE-TO), ao Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE-TO) e ao Decreto Estadual nº 6.606/2023, que orienta as contratações públicas do Estado do Tocantins a observarem práticas de sustentabilidade e economicidade. Adicionalmente, a modernização dos equipamentos audiovisuais contribuirá para a redução do consumo energético e para a mitigação dos impactos ambientais, fomentando a inclusão digital e a utilização de práticas pedagógicas inovadoras de menor impacto ecológico.

## **b) DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

**6.6.** Haverá exigência de apresentação de amostras para todos os itens a serem contratados, com a finalidade de aferir, de forma prévia e objetiva, a conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como sua compatibilidade com os bens já existentes no âmbito do Centro de Mídias. Tal medida visa mitigar riscos de fornecimento inadequado, assegurar a aderência às necessidades institucionais e garantir o pleno atendimento aos requisitos mínimos definidos para a contratação.

**6.7.** A apresentação das amostras deverá ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da portaria contendo o extrato do contrato, devendo ser realizada junto à Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia – GMEACM, situada no Anexo III da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC (Unidade Madre Belém), localizada na Quadra 604 Sul, Alameda 6, S/N, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77022-038, no horário compreendido entre 08h e 18h.

**6.8.** Ressalta-se que a entrega das amostras deverá ser previamente agendada, mediante confirmação de data e horário junto à unidade responsável, por meio do telefone (63) 98437-0075, a fim de assegurar a adequada organização dos procedimentos de análise e avaliação técnica.

## **7. ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A entrega dos bens será realizada em regime de pronta entrega, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato e da emissão da ordem de fornecimento. **O local de entrega será a Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia (GMEACM), situada no Anexo 3 da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (Madre Belém), no endereço: Q. 604 Sul, Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP - 77022-038,** devendo os equipamentos ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados de todos os manuais, acessórios e certificados de garantia exigidos.

**7.2.** O recebimento estará condicionado à apresentação de amostra ou prova de conceito, sempre que necessário, para comprovar a compatibilidade dos itens ofertados com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias, bem como para assegurar o atendimento integral das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

**7.3.** O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, condicionado à verificação física e documental dos bens. O recebimento definitivo será formalizado após a validação da conformidade com os requisitos técnicos, realização de testes de funcionamento e comprovação da plena adequação dos equipamentos às necessidades da Administração.

**7.3.1.** O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, condicionado à verificação física e documental dos bens.

**7.3.2.** O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica, realização de testes de funcionamento, verificação da compatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente e atesto da fiscalização designada, formalizando-se a aceitação definitiva do objeto.





**7.3.3.** Caso sejam constatadas irregularidades, incompatibilidades ou desconformidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá promover a substituição dos itens no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

**7.4.** Considerar-se-á executado o objeto somente após a entrega integral e regular de todos os itens contratados, em perfeitas condições de uso, em consonância com as especificações estabelecidas, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021 quanto ao recebimento provisório e definitivo de bens.

**7.5.** A contratada deverá executar integralmente o objeto conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela entrega, transporte, acondicionamento e integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo pela Administração.

**7.6.** Todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento correrão exclusivamente às expensas da contratada.

**7.7.** Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados dos respectivos manuais, acessórios e certificados de garantia.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.6. Fiscalização Técnica:**

**a)** Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

**8.7.** Atributos do fiscal técnico:

**8.8.** Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

**8.8.1.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;





**8.8.2.** Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**8.8.3.** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**8.8.4.** Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**8.8.5.** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

**8.8.6.** Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

**8.8.7.** Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

**8.8.8.** Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

**8.8.9.** Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

## **8.9. Fiscalização Administrativa:**

**a)** Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

**8.10.** Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

**8.10.1.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

**8.10.2.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**8.10.3.** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

**8.10.4.** Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**8.10.5.** Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;





**8.10.6.** Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

### **8.11. Gestor do Contrato:**

**8.12.** As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

**8.13.** Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (**Decreto Estadual 6.606/23 art. 26**).

**8.14.** Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

**8.14.1.** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

**8.14.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.14.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

**8.14.4.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

**8.14.5.** Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

**8.14.6.** Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

**8.14.7.** Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

**8.14.8.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

**8.14.9.** Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei







Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

## 9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### **9.1. Recebimento:**

#### **a.1) PROVISÓRIO:**

**9.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### **a.2) DEFINITIVO:**

**9.3.** O recebimento definitivo ocorrerá em prazo máximo de 30 dias, após a verificação da conformidade técnica, realização de testes de funcionamento e atesto da fiscalização designada, formalizando-se a aceitação do objeto.

**9.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento das exigências contratuais;

### **9.5. Liquidação:**

**9.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**9.7.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**9.7.1.** o prazo de validade;

**9.7.2.** a data da emissão;

**9.7.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**9.7.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**9.7.5.** o valor a pagar; e

**9.7.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.8.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**9.9.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.10.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação





em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**9.11.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**c) Prazo de Pagamento:**

**9.15.** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

**d) Forma de Pagamento:**

**9.16.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

**9.17.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.18.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	NATUREZA	FONTE
27010.12.368.1156.1136	4.4.90.52	500.1001.101
27010.12.368.1156.1136	3.3.90.30	500.1001.101
27010.12.368.1156.1136	4.4.90.52	540.0000.000
27010.12.368.1156.1136	3.3.90.30	540.0000.000

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**a) Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.



**b) Modalidade de Licitação:**

Pregão Eletrônico.

Motivação sobre a utilização do Pregão Eletrônico:

**11.2.** A Contratação que se pretende realizar caracteriza-se como bens comuns, pois podem ser fornecidos por diversas empresas e permitem estabelecer para efeitos de julgamento de propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências da Lei nº 14.133/2021, notadamente ao disposto no inciso XIII, do art. 6º da referida Lei.

**11.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**11.4.** Portanto, a modalidade de licitação que se adequa aos objetivos propostos é o pregão na forma eletrônica, sendo que o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço por grupo.

**c) Procedimento Auxiliar:**

**Sistema de Registro de Preços.** ( ) Sim ou (x) Não.

**d) Qualificação Técnica**

**11.5.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

**11.6.** Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação.

**11.7.** Os atestados deverão demonstrar aptidão para fornecimento de equipamentos de áudio, vídeo, informática ou itens correlatos compatíveis com os grupos licitados.

**11.8.** Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitado.

**11.9.** A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**11.10.** As exigências de qualificação técnica limitam-se ao mínimo necessário para garantir a adequada execução contratual, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**Participação de Consórcios**

**12.2.** A participação em consórcio é tratada no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou vedar tal condição no instrumento convocatório, desde que devidamente justificada.

**12.3.** Nesse contexto, a Administração opta pela vedação da participação de consórcios nesta licitação, justificando-se tal decisão pelos seguintes fundamentos:

**I. Complexidade reduzida do objeto:** O objeto da contratação apresenta baixa complexidade técnica e operacional, não demandando a atuação conjunta de múltiplas empresas para sua adequada execução, o que afasta a necessidade de formação de consórcios.

**II. Simplificação do procedimento licitatório:** A participação de consórcios tende a ampliar o grau de complexidade do certame, exigindo análise adicional de documentos, pactos consorciais e responsabilidades solidárias, o que pode comprometer a celeridade e a eficiência do processo





licitatório.

**III. Facilidade na gestão e fiscalização contratual:** A execução do contrato por uma única empresa favorece o controle, o acompanhamento e a fiscalização por parte da Administração, contribuindo para maior eficiência na gestão contratual.

**IV. Redução de riscos de conflitos internos:** A formação de consórcios pode gerar dificuldades de coordenação e eventuais divergências entre as empresas consorciadas, o que pode impactar negativamente a execução do objeto contratado.

**V. Suficiência da qualificação individual:** Empresas individualmente consideradas possuem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira suficiente para atender às exigências do edital, não sendo necessária a constituição de consórcio para o atendimento do objeto da contratação.

**VI. Evitação de custos administrativos adicionais:** A participação de consórcios pode implicar aumento de custos indiretos para a Administração, relacionados à análise, coordenação e fiscalização contratual, sem que haja benefício proporcional à execução do objeto.

### **13 . DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES;**

#### **13.1. Obrigações da Contratada:**

**13.1. 1.** Entregar os bens objeto da contratação em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, devidamente acondicionados e acompanhados de manuais, acessórios e certificados de garantia exigidos.

**13.1. 2.** Responsabilizar-se pela substituição, às suas expensas, dos bens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentarem defeitos, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**13.1. 3.** Garantir a plena funcionalidade dos equipamentos, prestando suporte técnico durante o período de garantia mínima de 12 (doze) meses, inclusive mediante manutenção corretiva e preventiva, diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada.

**13.1. 4.** Apresentar amostra ou realizar prova de conceito, sempre que solicitado, para comprovação da compatibilidade dos itens ofertados com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias.

**13.1. 5.** Observar critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.305/2010, priorizando produtos de maior eficiência energética, durabilidade e possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem.

**13.1. 6.** Cumprir integralmente as condições contratuais, vedada à subcontratação do objeto.

**13.1. 7.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, eximindo a Administração de qualquer ônus adicional.

#### **13.2. Obrigações da Contratante:**

**13.2.1.** Receber os bens em conformidade com os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência, realizando as verificações e testes necessários.

**13.2.2.** Proceder à fiscalização técnica e administrativa do contrato, acompanhando a execução, registrando ocorrências, notificando a contratada para correção de falhas e validando o cumprimento das obrigações contratuais.

**13.2.3.** Fornecer todas as informações necessárias à execução contratual e indicar formalmente o fiscal do contrato.

**13.2.4.** Efetuar o pagamento à contratada no prazo estipulado, desde que cumpridas todas as condições contratuais, observado o disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 quanto à verificação





da regularidade fiscal.

**13.2.5.** Formalizar, quando necessário e devidamente justificado, a prorrogação dos prazos de recebimento para aferição de conformidade.

#### **14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

- I) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Der causa à inexecução total do contrato;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

**d) Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;







(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**14.3.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

**14.4.** Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

**14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021)

**14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

**14.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.5.** O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

**14.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

**14.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**14.10.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria-Geral do Estado, para que





promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

**14.11.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

**14.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**14.13.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**14.14.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

## 15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**15.1.** O instrumento contratual terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, **SEM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** salvo a conclusão do objeto nos termos e prazos do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

## 16. DO REAJUSTE

**16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**16.2.** A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**16.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**16.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**16.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**16.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**16.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

**17.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da





proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**17.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**17.3.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

**17.4.** Para a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a empresa deverá apresentar:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

a.1) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

b) Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

**17.5.** - Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**17.6.** Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, apresentar:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;





- a) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.
- b) Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =; Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

SG =; Ativo Total; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

LC =; Ativo Circulante; Passivo Circulante.

**c.1)** As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de **2% do valor estimado da contratação** ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

**c.2)** As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo **de 2% do valor estimado da contratação**, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

#### **17.7. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

##### **17.8. Da motivação quanto a exigência de qualificação técnica:**

**17.9.** A exigência de atestado de capacidade técnica em processos licitatórios, como no caso do Pregão Eletrônico objeto deste Termo de Referência, tem como fundamento principal assegurar que os licitantes possuam a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória do objeto contratado. Esta medida é fundamental para garantir a qualidade, a eficiência e a segurança nas aquisições/serviços realizadas pela administração pública.

**17.10.** A justificativa para a exigência de atestados de qualificação técnica é necessária para corroborar a legalidade e a legitimidade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve ser restrita a elementos que comprovem a capacidade do licitante para executar o contrato, como atestados de responsabilidade técnica e certidões emitidas por conselhos profissionais competentes.

**17.11.** A obrigatoriedade de apresentação de atestados de capacidade técnica visa prevenir contratações inadequadas, protegendo a administração pública contra o risco de inexecução ou execução defeituosa do contrato. No contexto específico do objeto deste Termo de Referência é a garantia de que os fornecedores possuem experiência comprovada e capacidade técnica adequada, como também é essencial para assegurar a qualidade dos produtos/serviços fornecidos e o atendimento aos padrões evitando, assim, prejuízos à administração pública.

**17.12.** Portanto, a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica no Pregão Eletrônico em questão é respaldada pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos/serviços adquiridos, a segurança dos consumidores e a eficiência na execução contratual, em conformidade com as diretrizes legais e as recomendações que estão sendo feitas em outros processos licitatórios da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins.



**17.13. Da motivação quanto a qualificação econômico-financeira:**

**17.14.** O índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que serão consignados no Edital não afrontam o disposto no art. 18, inciso IX, e art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se justificam na necessidade de se estabelecer parâmetros claros e objetivos que deem suporte à avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes que eventualmente venham a ser contratados para o fornecimento do objeto licitado no Pregão. Para, além disso, pontua-se quanto a definição do índice, considerou não apenas a complexidade do objeto a ser licitado, mas vislumbrou-se também a razoabilidade de ser exigido um índice cujo maior número possível de empresas consiga comprová-lo, independente do seu porte de enquadramento (MEI, ME, EPP, etc).

**17.15.** Cabe ressaltar que o índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento em curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

**17.16.** Já o índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa em longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas em longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

**17.17.** Por fim, o índice de solvência tem por finalidade verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual. Dessa forma, a avaliação periódica dos índices de solvência é imprescindível para a determinação da “saúde fiscal” da empresa. Assim, a solvência demonstra à Administração Pública que a empresa possui capacidade de adimplir fielmente os encargos contratuais que vierem a ser assumidos.

**17.18.** Relevante registrar que, as contratações públicas precisam ser eficientes para atendimento ao interesse público envolvido. Uma das formas para atender tal objetivo é a contratação de empresas que apresentem saúde financeira suficiente a pelo menos se ter indícios que possam cumprir as exigências da contratação. Aliás, toda a estrutura da presente contratação atende aos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público e da igualdade, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, que estabelece que suas ações devam estar em conformidade com a legislação vigente, e é o que ocorre no caso em tela.

**17.19.** Assente no exposto, ressalta-se que os índices contábeis entabulados no Termo de Referência são similares aqueles usualmente fixados nas licitações da Secretaria da Educação – SEDUC, quando da contratação de objetos similares. Novamente repisa-se que, as exigências de habilitação visam à garantia de cumprimento das obrigações da contratação, de modo a dirimir eventuais riscos no decorrer na execução da contratação que venha a ser avençada. No mais, as contratações públicas devem ser entendidas como um conjunto de elementos, não podendo simplesmente se pensar apenas em “ampliar a competitividade” em detrimento da garantia de execução futura. Aliás, isso poderá gerar uma maior insegurança de atendimento ao interesse público futuramente, de mais provável possibilidade de frustração.

**18. DA CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**18.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas disposições do Estudo Técnico Preliminar constante nos autos, nos termos da alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.







**18.2.** Em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos administrativos e Decreto Estadual nº 6.606/2023 que regulamenta a epigrafada Lei Federal no âmbito do Governo do Estado do Tocantins, declara-se consolidado e validado o presente Termo de Referência pelos seguintes partícipes:

**a) Assessor Técnico Responsável:**

[Assinatura digital]

**VANESSA DA SILVA ALVES**  
Assessora Técnica GEPT

**b) Gerente Responsável:**

[Assinatura digital]

**JACIENE MOREIRA MARCELINO**  
Gerente de Elaboração de Estudos,  
Projetos e Termos de Referência

**b) Diretora Responsável:**

[Assinatura digital]

**ANDRÉA MARIA SILVA COSTA**  
Diretora de Planejamento, Estudos e  
Projetos

**d) Chefe setor Requisitante:**

[Assinatura digital]

**FELIPE PERIN BEZERRA**  
Diretor de Tecnologia e Inovação  
Educacional

**d) Chefe setor Requisitante:**

[Assinatura digital]

**CARLA PATRICIA SILVA CRUZ PEREIRA**  
Superintendente de Educação Científica, Tecnológica e Profissional

**Aprovação do Termo de Referência pela Autoridade Competente:**  
Aprovo, observadas as normas legais.

[Assinatura digital]

**CELESTINA MARIA PEREIRA DE SOUZA**  
Secretária de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Educação - Seduc/TO, em Palmas/Tocantins, ao 02 dia do mês de JUNHO de 2026.





SGD: 2026/27009/108804

## ANEXO V

## MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO: 2025/27000/023226

**MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026,  
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO  
TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA  
DA EDUCAÇÃO E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXX.**

**CONTRATANTE:** O Estado do Tocantins, por meio da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, S/N, em Palmas, neste ato representada pela Senhora **Celestina Maria Pereira de Souza**, portadora do RG nº 295.476 SSP/TO e inscrito no CPF nº 875.034.681-49, domiciliada nesta Capital, nomeado pelo Ato Governamental Nº 1.628 – NM, de 01 de abril de 2026.

**CONTRATADA:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX- XX, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada, representada por sua titular, (o) Srº. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, natural de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, portador do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXX XXXXXXXXXXXX.

**Telefone:** (xx) xxxx-xxxx. **E-mail:** xxxxxxxxxxxx.

**Dados bancários:** Banco xxxxxxxx, **Agência:** xxxxxx, **Conta Corrente:** xxxxxx;

Conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **2025/27000/023226** em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 6.606/2023 e demais legislação aplicável, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, da **Secretaria de Educação do Estado do Tocantins** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A contratação tem como fundamento legal o art. 6º, inciso XLI e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para o Centro de Mídias da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins:

GRUPO 01 - EQUIPAMENTOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ILUMINAÇÃO					
Item	Quant.	Und.	Especificações Técnicas Do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
01	5	UND	Câmera de vídeo do tipo “Câmera PTZ” com as seguintes especificações mínimas: Formatos de vídeos: HDMI–4KP60/ 50/ 30/25/59.94/29.97/24–	R\$ 17.928,30	R\$ 89.641,50





			<p>080P60/50/30/25/59.94/29.97/24SDI – 1080P60/50/30/25/59.94/29.97/24– 1080I60/50/59.94 USB– 1080P60/50/30/25(USB3.0)– 720P60/50/30 (USB3.0)/720P25(USB3.0&amp;USB2.0)NDI – 4KP60/50/30/25/59.94/29.97/24 – 1080 @15~60; / 720@15~60; Interface de vídeo: HDMI, SDI, NDI HX, USB3.0, USB2.0; Sensor: CMOS de 1/1,8 polegadas e 12MP; Zoom : F5.8 203mm(30X), F1.5 – 4.8. View Angle:60° (Far)-2.02°(Near); Ângulo de rotação Pan: -170° ~ +170°; Tilt: -30° ~ +90°; Velocidade de rotação Pan: 0°~120°/s; Tilt: 0°~80°/s; Preset Controle remoto: 10; RS232: 128; Precisão: 0,1°; Porta de controle: RS232, RS485, NDI HX (VISCA over IP), USB 3.0 (UVC1.5), USB2.0 (UVC1.1); Velocidade da rede:1000M; Codificação de vídeo: H.264/H.265; Controle de taxa de bits: Taxa de bits variável, taxa de bits constante; Taxa de bits de vídeo: 1024Kbps~20480Kbps; Protocolo: IP TCP/IP, HTTP, RTSP, DHCP, RTMP, Onvif, NDI, VISCA over IP (TCP&amp;UDP), HTML5, VISCA, P/D; POE+: Suportada; BLC: Suportada; Redução de Ruído: 2D Suportada; Redução de Ruído: 3D Suportada; Tensão de entrada: DC12V/POE+(IEEE802.3at).</p>		
02	2	UND	<p><b>Filmadora 4K</b> com as seguintes especificações mínimas: Filmadora 4K 3- CMOS com sensor de 1/2" ; captura de imagens em 4K com até 60p, contando com três sensores Exmor R de 1/2" que oferecem melhor capacidade de captura em condições de baixa luminosidade quando comparados aos sensores padrão. Zoom óptico de 17x e um filtro ND eletrônico variável. Ela deve suportar codecs modernos como XAVC, além de codecs mais antigos como MPEG HD e DVCAM, permitindo o uso de uma única câmera para filmar vídeo em 4K, HD ou SD; deve suportar o S-Log 3 para melhor desempenho e o HLG (Hybrid Log Gamma), que permite gravar e entregar imagens compatíveis tanto com HDR (alto alcance dinâmico) quanto com SDR (alcance dinâmico padrão) sem a necessidade de trabalhos pós-produção. Possibilidade de gravar em 4K e HD simultaneamente ou enviar uma saída de 4K 60p através da saída embutida 12G-</p>	R\$ 40.880,19	R\$ 81.760,38





			SDI. A câmera também deve possuir Wi-Fi integrado de 2,4 e 5 GHz.		
03	6	UND	<b>Bateria para filmadora:</b> com as características, a seguir: Capacidade: 7800mAh; Potência: 75Wh; Tipo: Lí-ion; Voltagem: 14.4V; Modelo: BP-U60. <b>IMPORTANTE:</b> as baterias em questão precisam ser compatíveis com a filmadora a ser obtida no item 2 desta tabela, visto serão usadas nas mesmas.	R\$ 1.209,16	R\$ 7.254,96
04	2	UND	<b>Cabo HDMI de 15m:</b> Uso em transmissão de áudio e vídeo digital de alta definição; Tipo de Conectores: HDMI Tipo A (macho) em ambas as extremidades; Material dos Conectores: Conectores banhados a ouro para melhor condutividade e resistência à corrosão; Qualidade de Transmissão: Resolução Suportada: Até 4K (3840x2160) a 60Hz; Largura de Banda: Até 18 Gbps; Suporte para 3D, Suporte para HDR (High Dynamic Range); Suporte para ARC (Audio Return Channel); Suporte para Ethernet; Compatibilidade com CEC (Consumer Electronics Control); Compatibilidade com HDCP (High-bandwidth Digital Content Protection); Compatibilidade com eARC (Enhanced Audio Return Channel); Revestimento do Cabo: PVC flexível e resistente; Blindagem: Blindagem tripla para minimizar interferências eletromagnéticas (EMI) e interferências de radiofrequência (RFI).	R\$ 147,71	R\$ 295,42
05	2	UND	<b>Refletor (Iluminador) de iluminação com lâmpadas de LED portátil</b> com as seguintes especificações: Pannel de LED portátil que produza até 32 W de potência, classificado para 2900 lux a 1 metro e 4200 K.; com uma faixa de 3300K a 5600K. Brilho pode ser diminuído de 10 a 100% quando definido para 3300K ou 5600K e de 25 a 100% em todo o restante da faixa.; controle integrado via dial e dois botões, com tela LCD para visualização das configurações. Suporte Garfo Yoke compatível com a maioria dos suportes de luz; Slot de filtro embutido para uso com filtro de difusão incluído. Suporte Bandoors; Adaptador AC (Bivolt) incluído para uso com fio com uma tomada elétrica. A placa de bateria que aceite duas baterias NP-F tipo Sony NP-F750 F770, ou NP-F960 970 ou	R\$ 334,72	R\$ 669,44





			equivalente.		
06	2	UND	<b>Banner tripé</b> de tamanho: 1,1m x 1,8m: Com Garras em plástico resistente; Altura máxima de acordo com o tamanho selecionado; Altura mínima: 0,96m; Número Estágios: 3; Peso: Aproximadamente 0,8Kg; Ponteira chanfrada para encaixe do cordão do banner.	<b>R\$ 82,65</b>	<b>R\$ 165,30</b>
07	02	UND	<b>Refletor de iluminação com lâmpadas de LED (lâmpadas de pérolas de cor RGB)</b> com cabo de comprimento: 145 mm; Tamanho: 17 x 7 cm.	<b>R\$ 914,75</b>	<b>R\$ 1.829,50</b>
08	2	UND	<b>Rebatedor de luz</b> - Tipo: 5 em 1; Finalidade: fotografias/filmagens; Formato: redondo; Medida: 110 cm; Requisito: superfície branca, preta, prata, dourada e difusor; Informações adicionais: com bolsa de transporte.	<b>R\$ 549,53</b>	<b>R\$ 1.099,06</b>
09	1	UND	<b>Tripé para filmadora com cabeça hidráulica de nitrogênio:</b> - Capacidade até 6 Kg; Material Alumínio; Peso de carga útil de segurança 8 kg; Tipo de cabeça Video / Fluid Head; Diâmetro do tubo das pernas 16, 25 mm; Lançamento rápido; Peso contrabalançado 8 kg; Centro de gravidade 55 mm; Espalhador nível médio - comprimento do braço fixo; Ball Flat Flat; Compatibilidade de acessórios 114MV; 181B; 165MV; Anexo Superior 1/4 ", parafuso 3/8"; Bubble Spirit Level (No.); Saco de transporte incluído; Coluna do centro central sem coluna central; Cor preto; Link fácil (com anti-rotação); Front Tilt -70 ° / + 90°; Tipo de perna Twin; Ângulos de perna de 30 ° a 66 °; Tipo de bloqueio de perna Flip Lock; Temperatura máxima de trabalho 50° C; Temperatura mínima de trabalho -15° C; Pan Bar incluído; Pan Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo; Rotação panorâmica 360°; Tipo de placa 504PLONG; Tilt Drag Ajustável continuamente de 0° a nível máximo.	<b>R\$ 9.093,71</b>	<b>R\$ 9.093,71</b>
10	4	UND	<b>Cabo SDI de 12 Metros</b> para Transmissão Full HD 4k com dupla blindagem BetaCavi: Cabo Coaxial HD4 4019; fio com 3.3MM. Cabo já deve estar com conectores colocados Betacavi.	<b>R\$ 332,63</b>	<b>R\$ 1.330,52</b>
<b>SUB TOTAL GRUPO 01</b>				<b>R\$ 193.139,79</b>	
<b>GRUPO 02 - EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO</b>					
11	1	UND	<b>Mesa de som digital Interface Multipista:</b> Formato Console 20 canais	<b>R\$ 8.177,22</b>	<b>R\$ 8.177,22</b>







			(16 mono + 2 estéreo); 8 Auxiliares 2 matrix (saída configuráveis = saída mashalling); 1 Saída estéreo; 1 Saída monitoração de saída AES – Saída digital 1 Saída para conexão óptica; 1 Saída para USB áudio e USB Player 1 Saída para fone; 12 Faders para controle de canais entradas e saídas; Gravação LR; Bluetooth; Interface Multipista.		
12	5	UND	<b>Microfone condensador para podcast (XLR):</b> Padrão polar: unidirecional; Sensibilidade de áudio 38dB; Relação sinal - ruído: 72dB.	<b>R\$ 2.066,63</b>	<b>R\$ 10.333,15</b>
13	1	UND	<b>Microfone Shotgun Condensador Supercardióide:</b> padrão polar Super cardióide; alimentação com uma bateria tamanho AA 1.5V interna ou externa 48 Volt fonte de alimentação fantasma. A saída é um padrão de 3 pinos conector macho XLR. Material: todo em metal Características: Qualidade de transmissão de som; Circuito Baixo nível de ruído; Transdutor Condensador; Construção robusta em metal; Bateria ou fantasma operação de alimentação; Baixo ruído de manuseio. Acessórios necessários: Acessórios Blimp de Windshield e Suspensão para Microfones Shotgun com os seguintes itens - Punho pistola com montagens de suspensão; Windshield de grade; Windshield Dead Wombat.	<b>R\$ 3.199,30</b>	<b>R\$ 3.199,30</b>
14	6	UND	<b>Microfones de lapela sem fio:</b> Seis microfones de lapela sem fio, contendo três receptor e três cases de carregamento. Deve ser compatível com gravação de áudio omnidirecional. O receptor pode ser vinculado a dois transmissores simultaneamente. Deve conter cancelamento de ruído de dois níveis; Limitação automática para evitar cortes de áudio; Ajuste de ganho de 5 níveis; Gravação Mono e Estéreo; Bateria com duração prolongada, transmissão estável; Carregamento rápido em 5 minutos; Transmissor com economia de energia automática; Estabilidade anti-interferência, transmissão a até 400 metros; Gravação sem fio facilitada; Compatibilidade com vários dispositivos.	<b>R\$ 1.537,26</b>	<b>R\$ 9.223,56</b>





15	4	UND	<b>Pedestal com braço articulado de mesa, para Podcast:</b> design de mola interna avançado; Design de mola interna avançado; Dobradiças de fricção apertadas manualmente para operação suave e silenciosa; Projetado para todos os microfones broadcast profissional; Compatível com todos os suportes antichoque padrão; Fixação por grampo 2,5” (60 mm) de espessura; Design de nível de estúdio.	<b>R\$ 526,04</b>	<b>R\$ 2.104,16</b>
16	1	UND	<b>Braço (Pedestal) vara Boompole ( Braço Boom ) de 6mts,</b> com as seguintes especificações: 5 seções para alcance de até 6 metros de distância; Suportar equipamentos até 3kg; Design interno com sistema para organização de fios; Base com punho acolchoado em Neoprene, rosca de 3/8" e adaptador de 5/8; Construída em Fibra de Carbono para maior resistência e longa durabilidade; Uso ideal para Microfones Direcionais e Shotgun; Altura máxima: 6m; Altura mínima: 1.3m; Altura dobrada: 1.3m; Capacidade de carga: 3kg; Diâmetro do tubo: 32mm; Material: Fibra de Carbono; Extensão: 5 seções; Travas: Spin Lock.	<b>R\$ 1.672,00</b>	<b>R\$ 1.672,00</b>
<b>SUB TOTAL GRUPO 02</b>				<b>R\$ 34.709,39</b>	
<b>GRUPO 03 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO (INFORMÁTICA VOLTADA À EDIÇÃO E CAPTAÇÃO).</b>					
17	2	UND	<b>Notebook para edição e captação de som e imagem</b> com as especificações mínimas: Processador mínimo de 16 núcleos; memória mínima de 32Gb; Armazenamento primário: capacidade de armazenamento interno com capacidade mínima de 1TB, utilizando-se de tecnologia SSD, com característica NVMe ou configuração superior.	<b>R\$ 17.990,66</b>	<b>R\$ 35.981,32</b>
18	4	UND	<b>HD externo 8TB - Cor:</b> preto; <b>Conexões:</b> USB3.0; <b>Capacidade:</b> 8TB; <b>Particularidades:</b> serviço para recuperação de dados (3Y); <b>Requisitos de sistema:</b> Porta USB 3.0 disponível (necessária para velocidades de transferência USB 3.0); <b>Consumo de Energia Elétrica:</b> 18 W; <b>Fonte de energia:</b> Alimentado por rede elétrica; <b>Fator de forma do disco:</b> 3,5.	<b>R\$ 1.896,79</b>	<b>R\$ 7.587,16</b>





19	6	UND	<b>Cartão de memória SD:</b> modelo sdxc v90 de 128 Gb. (Secure Digital eXtended Capacity), sistema de arquivos (exFAT). Classe de velocidade de vídeo V90 (Video Speed Class 90), velocidade mínima de gravação sustentada de 90 MB/s para gravação de vídeo de alta resolução (4K, 8K) e altas taxas de quadros. Capacidade de 128 GB, número de fotos RAW, minutos de vídeo 4K/8K). Interface de barramento UHS-II (Ultra High Speed II), com linhas extra de pinos) Alta capacidade de gravar vídeos sem interrupções, capturar rajadas de fotos em RAW rapidamente e transferir arquivos grandes.	<b>R\$ 150,39</b>	<b>R\$ 902,34</b>
<b>SUB TOTAL GRUPO 03</b>					<b>R\$ 44.470,82</b>
<b>GRUPO 04 - MOBILIÁRIOS PARA ESTÚDIO</b>					
20	1	UND	<b>Mesa para Podcast:</b> tamanho 2,7m x 0,74m 1,2m (LxAxP) com formato retangular; tampo em MDF com 25mm de espessura.	<b>R\$ 2.770,21</b>	<b>R\$ 2.770,21</b>
21	1	UND	<b>Bancada de apresentação para estúdio (Tribuna ou Púlpito)</b> em acrílico, no tamanho de 550 x 1140 x 300 x 8mm(LxAxPxPxE).	<b>R\$ 1.062,14</b>	<b>R\$ 1.062,14</b>
<b>SUB TOTAL GRUPO 04</b>					<b>R\$ 3.832,35</b>
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 276.152,35</b>

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 O Termo de Referência;

2.2.2 O Edital da Licitação;

2.2.3 A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - ENTREGA, RECEBIMENTO, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E PAGAMENTO.**

3.1. A entrega dos bens será realizada em regime de pronta entrega, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato e da emissão da ordem de fornecimento. **O local de entrega será a Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia (GMEACM), situada no Anexo 3 da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (Madre Belém), no endereço: Q. 604 Sul, Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP - 77022-038,** devendo os equipamentos ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados de todos os manuais, acessórios e certificados de garantia exigidos.

3.2. O recebimento estará condicionado à apresentação de amostra ou prova de conceito, sempre que necessário, para comprovar a compatibilidade dos itens ofertados com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias, bem como para assegurar o atendimento integral das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.





3.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, condicionado à verificação física e documental dos bens. O recebimento definitivo será formalizado após a validação da conformidade com os requisitos técnicos, realização de testes de funcionamento e comprovação da plena adequação dos equipamentos às necessidades da Administração.

3.4. Considerar-se-á executado o objeto somente após a entrega integral e regular de todos os itens contratados, em perfeitas condições de uso, em consonância com as especificações estabelecidas, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021 quanto ao recebimento provisório e definitivo de bens.

### **3.5.Recebimento:**

#### **a.1) PROVISÓRIO:**

3.6. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### **a.2) DEFINITIVO:**

3.8. O recebimento definitivo ocorrerá em prazo máximo de 30 dias, após a verificação da conformidade técnica, realização de testes de funcionamento e atesto da fiscalização designada, formalizando-se a aceitação do objeto.

**3.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento das exigências contratuais;**

### **3.10. Liquidação:**

3.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

3.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

3.13.1. o prazo de validade;

3.13.2. a data da emissão;

3.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

3.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

3.13.5. o valor a pagar; e

3.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado





providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

3.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**a) Prazo de Pagamento:**

3.21. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

**b) Forma de Pagamento:**

3.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

3.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

4.1. O valor do contrato é de **R\$ 276.152,35 (Duzentos e setenta e seis mil e cento e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Classificação da Despesa: 27010.12.368.1156.1136**







**Elemento de Despesa: 4.4.90.52; 3.3.90.30**

**Fonte: 540.0000.000; 500.1001.101**

**Nota de Empenho: 2026NEXXXXXX.**

## **CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE GESTÃO DE CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.6. Fiscalização Técnica:**

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

6.7. Atributos do fiscal técnico:

6.8. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

6.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.8.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.8.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.8.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

6.8.6. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições





estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6. 8.7. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6. 8.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

6. 8.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

### **6.9. Fiscalização Administrativa:**

**b) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

6.10. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

6.10.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

6.10.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.10.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

6.10.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.10.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

6.10.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do

cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

### **6.11. Gestor do Contrato:**

6.12. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

6.13. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).**





6.14. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.14.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

6.14.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

6.14.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

6.14.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

6.14.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

6.14.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

6.14.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.14.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n o 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

## CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. O instrumento contratual terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, **SEM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** salvo a conclusão do objeto nos termos e prazos do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber os bens em conformidade com os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos no Termo de Referência, realizando as verificações e testes necessários.

9.2. Proceder à fiscalização técnica e administrativa do contrato, acompanhando a execução,





registrando ocorrências, notificando a contratada para correção de falhas e validando o cumprimento das obrigações contratuais.

9.3. Fornecer todas as informações necessárias à execução contratual e indicar formalmente o fiscal do contrato.

9.4. Efetuar o pagamento à contratada no prazo estipulado, desde que cumpridas todas as condições contratuais, observado o disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 quanto à verificação da regularidade fiscal.

9.5. Formalizar, quando necessário e devidamente justificado, a prorrogação dos prazos de recebimento para aferição de conformidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Entregar os bens objeto da contratação em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, devidamente acondicionados e acompanhados de manuais, acessórios e certificados de garantia exigidos.

10.2. Responsabilizar-se pela substituição, às suas expensas, dos bens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentarem defeitos, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.3. Garantir a plena funcionalidade dos equipamentos, prestando suporte técnico durante o período de garantia mínima de 12 (doze) meses, inclusive mediante manutenção corretiva e preventiva, diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada.

10.4. Apresentar amostra ou realizar prova de conceito, sempre que solicitado, para comprovação da compatibilidade dos itens ofertados com os equipamentos já existentes no Centro de Mídias, uma vez que, é necessário garantir a compatibilidade técnica, interoperabilidade e integração operacional com os sistemas e dispositivos já existentes, evitando a descontinuidade das atividades e a necessidade de investimentos adicionais com substituição ou aquisição de equipamentos complementares.

10.5. Observar critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.305/2010, priorizando produtos de maior eficiência energética, durabilidade e possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem.

10.6. Cumprir integralmente as condições contratuais, vedada à subcontratação do objeto.

10.7. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, eximindo a Administração de qualquer ônus adicional.

10.8. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, eximindo a Administração de qualquer ônus adicional.

10.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

10.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ( art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1 O instrumento contratual pode ser alterado nos casos previstos nos artigos 124, 132 e 136 da Lei n.º 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas, por meio de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

I) der causa à inexecução parcial do contrato;

II) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) der causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; VIII) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade







mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)

**d) Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

13.10. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria-Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021). 13.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

15.1. A Matriz de Risco, anexada aos autos (SGD: 2026/27009/087482), é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos do empreendimento.

15.2. Nesse contexto a CONTRATADA é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

15.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato que não são de sua alçada, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz





de Risco.

15.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a Matriz de Risco.

15.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

#### **15.6. Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:**

15.6.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

15.6.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

15.6.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE DO PREÇO**

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA**

17.1. Os bens a serem adquiridos deverão possuir garantia de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período contratual.

17.2. Será exigida a prestação de assistência técnica especializada por parte do fornecedor durante todo o prazo de vigência da garantia, de modo a assegurar o adequado desempenho dos equipamentos e a pronta solução de eventuais falhas ou defeitos. Tal exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada utilização dos bens adquiridos.





17.3. O fornecedor deverá disponibilizar suporte técnico adequado, incluindo, sempre que necessário, a realização de manutenção corretiva ou a substituição dos equipamentos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, durante todo o período de garantia.

17.4. Adicionalmente, será obrigatória a realização de manutenções preventivas e corretivas, durante o prazo de garantia, com vistas a assegurar o pleno funcionamento, a confiabilidade e o desempenho adequado dos sistemas. Essa medida contribui para a maximização da vida útil dos equipamentos, bem como para a mitigação de custos decorrentes de falhas e substituições prematuras.

17.5. A exigência de manutenção contínua está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional dos recursos públicos e reduzindo impactos decorrentes do descarte antecipado de bens.

17.6. As atividades de manutenção e assistência técnica deverão ser garantidas pelo fabricante ou por rede autorizada, durante todo o período de garantia, dispensando a necessidade de contratações adicionais para essa finalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. As partes envidarão esforços para resolver consensualmente quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato, preferencialmente por mediação antes do ajuizamento de qualquer demanda.

19.2. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

19.3. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes

Palmas, xx de xxxxxxxx de 2025.

**Celestina Maria Pereira de Souza**  
Secretária de Estado da Educação  
**Contratante**

**XXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Contratada**

